

Mensagem nº 488

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

Os méritos da Senhora Márcia Maro da Silva que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de setembro de 2016.

Brasília, 16 de Agosto de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MÁRCIA MARO DA SILVA**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MÁRCIA MARO DA SILVA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 577 - C. Civil.

Em 14 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE MÁRCIA MARO DA SILVA

CPF.: 768.888.787-91

ID.: 9240 MRE

1963 Filha de Newton Nonato da Silva Filho e Darci Maro da Silva, nasce em 29 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1995 CAD - IRBr

2000 Mestrado em Ciência Política pela Universidade de Brasília/DF

2004 Doutorado em Ciências Sociais pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, Buenos Aires, Argentina

2007 CAE- IRBR, O Papel do Itamaraty no Reconhecimento da Independência de Angola: recuperação da memória histórica

Cargos:

1985 CPCD - IRBr

1986 Terceira-Secretária

1992 Segunda-Secretária

2000 Primeira-Secretária, por merecimento

2006 Conselheira, por merecimento

2009 Ministra de Segunda Classe

Funções:

1986-89 Subsecretaria-Geral de Assunto Políticos Multilaterais e Especiais

1988 Embaixada em Cingapura, Terceira-Secretária em missão transitória

1989-92 Divisão de Temas Especiais

1991 Embaixada em Abdijan, Terceira-Secretária em missão transitória

1992-94 Consulado-Geral em Buenos Aires - Cônsul-Adjunta

1994-97 Embaixada em Pretória, Segunda-Secretária

1997-99 Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - Assessora

1999-01 Ministério da Ciência e Tecnologia, Gabinete - Assessora

2001-05 Consulado-Geral em Buenos Aires - Cônsul-Adjunta

2005-09 Missão junto à OEA, Washington - Primeira-Secretária e Conselheira

2011 Embaixada do Brasil em Harare

Publicações:

2008 SILVA, Márcia. "A Independência de Angola". Editora FUNAG.

Condecorações:

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz;

Medalha do Pacificador;

JOÃO PEDRO CORRÊA COSTA

Subsecretário, Substituto, do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento de África
Divisão da África Oriental e Setentrional

TUNÍSIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Agosto de 2016

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Tunisiana
CAPITAL	Túnis

ÁREA	163.610 km²
POPULAÇÃO (FMI, 2015 est.)	11,1 milhões de habitantes
IDIOMAS	Árabe (oficial), árabe tunisino, francês, tamazight
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã 99% (sunita)
SISTEMA POLÍTICO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral. Assembleia dos Representantes do Povo (" <i>Majlis Nawwāb ash-Sha'b</i> ") composta por 217 deputados eleitos diretamente para mandatos de cinco anos.
CHEFE DE ESTADO	Presidente Béji Caïd Essebsi (desde dez/2014)
CHEFE DE GOVERNO	Habib Essid – demissionário (atuando desde fev/2015, perdeu o voto de confiança do parlamento em 31/07/2016). Youssef Chahed – Primeiro-Ministro designado em agosto de 2016, encarregado de formar novo governo.
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Khemaïes Jhinaoui (desde jan/2016)
PIB nominal (FMI, 2015 est.)	US\$ 44,3 bilhões
PIB PPP (FMI, 2015 est.)	US\$ 127,2 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (FMI, 2015 est.)	US\$ 3984,8
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2015 est.)	US\$ 11.450,2
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2015)	0,8% (2015 est.); 2,3% (2014); 2,2% (2013); 3,7% (2012); -1,9% (2011); 2,6% (2010); 3,1% (2009)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0.721 (90ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA	75,9 anos (PNUD, 2013)
ALFABETIZAÇÃO	98,06% (UNESCO, 2015 est.)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	17,6 % (PNUD, 2013)
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar tunisiano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Sabri Bachtobji (desde 19 de abril de 2013)
EMBAIXADOR EM TÚNIS	A ser designado.
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	65 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: *MDIC*

BRASIL → TUNÍSIA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	232,07	290,27	437,58	243,26	342,18	480,88	488,88	426,68	310,15	360,89
Exportações	150,26	169,23	221,18	137,97	217,84	376,47	351,41	290,60	237,55	302,97
Importações	81,81	121,04	216,41	105,29	124,34	104,4	137,47	136,08	72,59	57,92
Saldo	68,45	48,19	4,77	32,68	93,5	272,06	213,94	154,52	164,95	245,05

Perfis biográficos

Beji caïd essebsi

Presidente da República



Nascido em Sidi Bou Said, na região metropolitana de Túnis, em 1926, Essebsi iniciou sua militância política em 1941 ao se juntar, aos quinze anos, à juventude do partido político Neo-Destour, o qual liderou o processo de independência tunisiano. Graduou-se em direito, em 1950, em Paris.

Após a independência da Tunísia, em 1956, Essebsi ocupou diversos cargos de destaque na administração do então presidente Habib Bourguiba (1957-1987). Foi ministro do Interior de 1965 a 1969 e ministro da Defesa de 1969 a 1970. Divergências políticas com o então presidente tunisiano acabaram por afastá-lo da vida pública durante a década de 1970. Em abril de 1981, volta a atuar no governo de Bourguiba como ministro das Relações Exteriores (1981-1986). Em 1987, é nomeado embaixador na Alemanha e, entre 1990 e 1991, ocupou a presidência da Câmara dos Deputados.

Em fevereiro de 2011, no contexto das revoltas populares que levaram à queda do presidente Ben-Ali e de seu gabinete, Essebsi foi nomeado primeiro-ministro interino, cargo que ocupou até dezembro daquele ano.

Em 2012, fundou o partido secular Nidaa Tounes, que se tornou a principal força política do período pós-transição. Candidatou-se à Presidência da República, em novembro de 2014. Após a vitória nas urnas, assumiu a presidência do país em 31 de dezembro de 2014.

Habib essid

**Primeiro-ministro
(demissionário)**



Nascido na cidade de Sousse, em 1/6/1949, Habib Essid possui formação acadêmica em economia, pela Universidade de Túnis, e mestrado em economia agrícola, pela Universidade de Minnesota.

Essid iniciou sua carreira pública no Ministério da Agricultura. Entre 1993 e 1997, foi chefe de gabinete do ministro da Agricultura. Ocupou a mesma posição no Ministério do Interior entre 1997 e 2001. Foi, em seguida, designado secretário de estado para a pesca (2001-2002) e, mais tarde, secretário de estado para o meio ambiente (2002-2003).

Após a Revolução tunisiana, foi nomeado ministro do Interior em março de 2011. Foi escolhido por Hamadi Jebali, então primeiro-ministro, para ser seu conselheiro em assuntos de segurança após as eleições de 23 de outubro de 2011. Em 5 de janeiro de 2015, foi nomeado pelo partido Nidaa Tunes como primeiro-ministro.

Em 31/07/2016, perdeu o voto de confiança do parlamento.

Youssef Chahed

**Primeiro-ministro
(designado)**



Nascido em 18 de setembro de 1975, na cidade de Túnis, Youssef Chahed possui formação em engenharia agrônoma pelo Instituto Nacional de Agronomia da Tunísia (1998).

Obteve mestrado em economia ambiental e recursos naturais (1999) pelo Instituto Nacional de Agronomia de Paris-Grignon, na França, e posteriormente doutorado em economia agrícola (2003) pela mesma instituição. Integrou o Instituto Superior de Agricultura da França e atuou como professor visitante na Universidade de São Paulo e na Universidade de Tóquio (2003-2009). Prestou consultoria na área de agricultura e políticas agrárias para diversas instituições, como o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e a Comissão Europeia (2003-2015).

Foi um dos membros fundadores do partido político Al Joumhourî (2012). Posteriormente, filiou-se ao partido Nidaa Tunes (2013). Foi nomeado secretário da Pesca, em 2015, e apontado como ministro dos Negócios Locais, em janeiro de 2016. Em agosto do mesmo ano, foi designado primeiro-ministro da Tunísia, ficando encarregado de formar um novo governo.

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nascido em 5/4/1954, Khemaïes Jhinaoui possui formação em direito público. Detém, ainda, diploma de estudos avançados em ciência política e relações internacionais, obtido em 1979.

Jhinaoui atua na carreira diplomática desde os anos 1990. Em 1996, chefiou o escritório de representação da Tunísia em Tel Aviv. Entre 1999 e 2004, atuou como embaixador junto ao Reino Unido. De 2004 a 2005, foi chefe de gabinete do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Abdelwahab Abdallah. De 2006 a 2007, foi diretor-geral para a Europa e a União Europeia da Chancelaria Tunisiana. Exerceu, depois, o cargo de embaixador na Rússia (2008-2011).

No governo provisório da Tunísia pós-revolucionária, atuou entre julho e dezembro de 2011 como secretário de estado dos Negócios Estrangeiros. Após a conclusão do processo de transição tunisiano, em dezembro de 2014, foi designado para a função de conselheiro diplomático do presidente Essebsi, cargo que ocupou até sua nomeação, em 6/1/2016, como ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia.

Relações bilaterais

O Brasil esteve entre os primeiros países a reconhecer a independência da Tunísia, em 1956. No mesmo ano, foi aberto consulado brasileiro em Túnis, e, em 1961, foi instituída Embaixada residente. Desativada temporariamente em 1999, por motivos orçamentários, a missão diplomática brasileira foi reaberta em 2001.

O relacionamento bilateral intensificou-se a partir dos anos 2000, favorecido pela percepção comum de que os dois países atuam, tradicionalmente, de maneira equilibrada e construtiva na esfera internacional. Constatou-se, desde então, maior concertação de posições em temas variados da agenda global, bem como aumento do número de visitas de alto nível.

Destacam-se, nesse contexto, as visitas do então chanceler Celso Amorim a Túnis, em três ocasiões (2005, 2008 e 2009), e de seu homólogo tunisiano ao Brasil, em 2002, bem como missão à Tunísia do então ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), Miguel Jorge, acompanhado de numerosa delegação de empresários, em 2009, no contexto de périplo pelo Norte da África. Mais recentemente, em março de 2016, o então chanceler brasileiro Mauro Vieira realizou visita a Túnis, a qual foi também ocasião para a realização de seminário empresarial, que contou com relevante participação de ambos os lados.

Relações com a Tunísia pós-revolucionária

Após a Revolução tunisiana de janeiro de 2011, ganhou ímpeto movimento de revisão da política externa tunisiana, tradicionalmente voltada para as relações com a Europa. Esse movimento, articulado durante o processo de transição democrática (2011-2014), conferiu à política externa do país um caráter mais universalista e pragmático, no qual, sem descuidar das parcerias tradicionais, o país passou a privilegiar uma aproximação com países em desenvolvimento, com ênfase no mundo árabe, na África subsaariana, bem como em forças emergentes. Nessa nova estratégia de inserção internacional, concentrada na diversificação de parcerias e diminuição de dependências, a Tunísia tem concedido particular atenção ao Brasil, que considera como potencial fonte de investimentos, além de modelo de transição democrática, de participação política e de desenvolvimento com inclusão social.

Por sua vez, o Brasil manifestou, consistentemente, seu apoio à nação tunisiana ao longo da transição política no país, processo que foi internacionalmente considerado como democrático, transparente e participativo. Já em março de 2011, o Brasil contribuiu com US\$ 224 mil ao escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), com destinação à Tunísia, em razão do influxo de refugiados do conflito na Líbia. Desde o período pós-revolucionário, ademais, o Brasil tem enviado à Tunísia missões políticas, com alto nível de representação, além de missões técnicas, voltadas a prospectar novas áreas de cooperação, bem como oportunidades no campo econômico e comercial.

Em maio de 2011, o embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, então subsecretário-geral para assuntos políticos III do Itamaraty, realizou visita a Túnis. O gesto do Brasil, que foi um dos primeiros países a enviar alto funcionário em missão à Tunísia pós-revolucionária, foi interpretado como sinal do apoio brasileiro à renovação de ideais e valores proporcionada pela Primavera Árabe e reforçou as perspectivas de ampliação do relacionamento.

Com vistas a dar seguimento às novas demandas tunisianas, organizou-se missão de prospecção a Túnis, capitaneada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em fevereiro de 2012. A missão, que buscou identificar projetos nas áreas de agricultura, extensão rural, meio ambiente e pequenas e médias empresas, contou com a participação de técnicos da Embrapa, da Emater-DF, da Universidade Federal de Viçosa e do Banco do Brasil.

Outro importante marco no processo de dinamização das relações com a Tunísia pós-revolucionária foi a visita do então chanceler Antonio Patriota a Túnis, em abril de 2012. Na ocasião, o Ministro brasileiro foi recebido pelo então presidente Moncef Marzouki, pelo primeiro-ministro Hamadi Jebali, bem como por seu homólogo, Rafik Abdessalem. Em todas as reuniões, foi claramente manifestado o desejo das autoridades tunisianas de promover o adensamento das relações bilaterais, tanto no plano político e econômico quanto no plano da cooperação técnica, sobretudo nas áreas agrícola e social.

Em setembro de 2012, em atendimento às demandas tunisianas por maior conhecimento da experiência brasileira na área do combate à fome e à pobreza, realizou-se em Túnis o "Simpósio Internacional sobre Políticas Públicas para a Inclusão Social", organizado conjuntamente pelo governo brasileiro, pela Organização da Alimentação e da Agricultura (FAO) e pelo governo tunisiano. Ao final do simpósio, que despertou vivo interesse no lado tunisiano, foi ressaltado o desejo de assegurar a participação brasileira em esquemas de cooperação em futuros projetos tunisianos de inclusão social.

Em outubro de 2012, à margem da III Cúpula América do Sul – Países Árabes, em Lima, o presidente Marzouki e sua homóloga brasileira mantiveram encontro bilateral, no qual o mandatário tunisiano reforçou o interesse de seu país em contar com a experiência do Brasil na formulação das políticas públicas tunisianas de inclusão social e combate à pobreza.

Em abril de 2013, o então secretário-geral da presidência da república, Gilberto Carvalho, visitou Túnis para participar do Fórum Social Mundial. O representante brasileiro proferiu palestra sobre a transição democrática brasileira e as políticas de inclusão social do governo brasileiro e manteve encontros com o presidente Moncef Marzouki, com o presidente da Assembleia Constituinte, Ben Jaafar, e com três ministros tunisianos.

A variedade temática e a amplitude das demandas tunisianas de colaboração apresentadas ao longo dos encontros com autoridades brasileiras no período pós-revolucionário corroboram a percepção de que o Brasil passou a ser visto como interlocutor

político privilegiado, capaz de fazer, a partir de suas próprias experiências bem sucedidas, aporte significativo ao desenvolvimento socioeconômico tunisiano.

Nesse contexto, teve lugar, em abril de 2014, em Túnis, reunião do "**Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia**", iniciativa voltada à avaliação e reorganização da cooperação bilateral. Os trabalhos foram copresididos pelo então subsecretário-geral político III do Itamaraty e pelo secretário de estado dos Negócios Estrangeiros tunisiano, segundo na hierarquia daquele Ministério, e contaram com a participação do diretor do escritório da Agência Brasileira de promoção de Exportações e Investimentos (APEX) na África e do Ponto Focal da FAO em Brasília para o Programa "Purchase from Africans for Africa" (PAA-África), além de diversos Ministérios temáticos tunisianos.

A reunião constituiu oportunidade para que Brasil e Tunísia identificassem projetos e iniciativas de cooperação em áreas como desenvolvimento social, governança participativa, agricultura, saúde e meio ambiente, entre outras. No campo econômico, as discussões ressaltaram o desejo comum dos dois países de diversificar a pauta comercial, seja no setor de bens, seja no de serviços, bem como de estimular investimentos de parte a outra. Por outro lado, a reunião, realizada apenas dois meses após a promulgação da nova Constituição tunisiana, permitiu que o Brasil reiterasse o apoio às transformações democráticas que se consolidavam na Tunísia. Remonta à reunião também o início das conversas sobre acordo comercial Mercosul-Tunísia e sobre Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos.

Em março de 2016, com o intuito de seguir com o processo de dinamização do relacionamento bilateral e de apoio às transformações democráticas na Tunísia, o então chanceler Mauro Vieira realizou visita a Túnis. A visita, que se iniciou com uma oferenda floral em homenagem às vítimas do atentado terrorista perpetrado no museu do Bardo, em março de 2015, simbolizou a continuidade da solidariedade brasileira à Tunísia em meio aos desafios enfrentados por aquele país, em especial no plano da segurança. Na ocasião, além do encontro com o chanceler tunisiano, Khemaines Jhinaoui, a autoridade brasileira foi também recebida pelo primeiro-ministro Habib Essid e pelo presidente Essebsi. A visita também ensejou a realização de seminário empresarial Brasil-Tunísia, copresidido pelo ministro Mauro Vieira e pelo ministro do Investimento e da Cooperação Internacional, Yassine Brahim. Mais de 60 empresas dos dois países participaram do evento.

Cooperação

Como resultado das iniciativas de aproximação entre Brasil e Tunísia dos últimos cinco anos, vêm-se intensificando as relações de cooperação entre os dois países.

Cooperação técnica no domínio do eucalipto

Durante a visita do ministro Mauro Vieira a Túnis, em março de 2016, foi assinado o documento do projeto "Desenvolvimento e Valorização das Plantações de Eucalipto na

Tunísia”. Trata-se do primeiro projeto de cooperação técnica que o Brasil desenvolve com a Tunísia. A iniciativa, executada pela ABC em parceria com a Embrapa, consiste em transferência de tecnologia e "know-how" para o melhoramento genético do eucalipto e capacitação na área de tecnologia da madeira e deverá contribuir para o êxito de programas de reflorestamento desenvolvidos pelo governo tunisiano. A primeira atividade do projeto deverá ocorrer em fins de agosto e início setembro de 2016, quando cinco especialistas do Departamento de Florestas e do Instituto de Nacional de Pesquisas em Engenharia Rural, Água e Florestas da Tunísia, participarão de capacitação nas áreas de clonagem e melhoramento genético na Embrapa Florestas, em Colombo, PR.

Troca de experiências no domínio social

Manifestado reiteradas vezes nos encontros bilaterais mantidos no contexto pós-revolucionário, o interesse tunisiano na experiência brasileira com políticas sociais advém do objetivo tunisiano de equacionar as desigualdades sociais e regionais, que constituíram uma das principais causas da Revolução de janeiro de 2011.

Nessas condições, na visita do ministro Mauro Vieira a Túnis, em março de 2016, foi assinado memorando de entendimento para a cooperação na área de Desenvolvimento Social e Cidadania, que deverá catalisar as iniciativas de cooperação que já vêm sendo desenvolvidas nessa área e lhes conferir visibilidade. São exemplos de tais iniciativas a organização de seminário de políticas sociais em Túnis, em setembro de 2012, e a participação de delegações tunisianas em seminários e eventos sobre a mesma temática organizados pelo então ministério de Desenvolvimento Social brasileiro e pelo Banco Mundial no Brasil.

Com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Tunísia tem mantido contatos com a ABC, com vistas a estabelecer intercâmbio regular de pesquisadores entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e instituição congênere tunisiana para a discussão de políticas sociais. Em particular, o lado tunisiano gostaria de conhecer a experiência brasileira no que se refere à coordenação intersetorial de políticas públicas, à gestão local, à definição de público alvo, bem como a sistemas de monitoramento e avaliação. Em setembro de 2014, representante do IPEA participou, em Túnis, do seminário "Em Direção a um Sistema de Proteção Social Inclusivo e Integrado", organizado pelo Ministério dos Assuntos Sociais tunisiano. Entre junho e julho de 2015, realizou-se missão de prospecção da ABC, em parceria com o IPEA e o MDS, voltada a elaborar projeto de uma cooperação trilateral entre os parceiros (governo brasileiro, governo tunisiano e o Unicef) com vistas a possibilitar, ademais, a participação do IPEA no processo de elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social tunisiano.

O lado tunisiano também tem demonstrado interesse nas políticas brasileiras relacionadas ao programa nacional de alimentação escolar. O país magrebino, que conta com

apoio do Unicef e financiamento russo para modernizar seu próprio programa de alimentação escolar, avalia que o Brasil possui boa experiência nessa área. Nesse contexto, missão interministerial tunisiana realizou, em abril de 2014, visita ao Brasil, organizada pela ABC, em parceria com o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA). O lado tunisiano manifestou interesse em poder contar com a consultoria do Centro de Excelência em Brasília tanto para desenvolver capacidades específicas quanto para renovar o desenho do seu programa nacional de alimentação escolar.

Ainda no domínio social, há também perspectivas de cooperação em áreas como juventude, cidadania e governança participativa.

Educação básica

Por ocasião do Comitê de Seguimento Brasil-Túnia, em abril de 2014, o Ministério da Educação Básica tunisiano propôs a assinatura de acordo bilateral na área de educação. Na minuta de acordo, foram arroladas as seguintes áreas de cooperação: engenharia pedagógica, avaliação, formação de professores, atividades escolares cotidianas, governança, integração de tecnologia na educação, pesquisa e inovação na educação, ensino técnico e tecnológico e planejamento educacional. As negociações voltadas para a assinatura do instrumento encontram-se avançadas.

Troca de experiências na área de transparência e combate à corrupção

A Tunísia também tem buscado conhecer as experiências do Brasil no domínio do incentivo à participação social, à transparência e ao combate à corrupção. Os dois países iniciaram entendimentos nesse domínio em abril de 2013, quando o então ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) e o então ministro da Governança e da Luta contra a Corrupção da Tunísia mantiveram encontro à margem de reunião da Rede Árabe para a Integridade e a Luta contra a Corrupção, em Beirute. Em junho de 2013, a CGU enviou missão técnica a Túnis para apresentar iniciativas brasileiras na área de transparência. Na ocasião, o lado tunisiano manifestou o desejo de dar seguimento a essa cooperação por meio do envio de missão a Brasília, encarregada de estudar as iniciativas do “Portal da Transparência” e do “Orçamento Participativo”.

Por ocasião do Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia, em abril de 2014, o lado brasileiro estendeu convites para que a Tunísia enviasse missões ao Brasil para examinar as experiências brasileiras nesse domínio de cooperação. Essas oportunidades não foram exploradas até o momento, por causa da dissolução do Ministério da Governança e da Luta contra a Corrupção da Tunísia, em 2014. Em janeiro de 2016, na última reforma ministerial tunisiana, contudo, os ministérios da Função Pública e da Governança e Luta contra a

Corrupção foram recriados e fundidos numa só pasta, renovando expectativas de ressurgimento da cooperação nesse domínio.

Outros domínios de colaboração

Por ocasião da reunião do Comitê de Seguimento em 2014, Brasil e Tunísia expressaram o interesse no estabelecimento de relações de parceria e troca de experiência no **domínio eleitoral** entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) brasileiro e a Instância Superior Independente para as Eleições (ISIE) tunisiana. Para tanto, o Presidente do TSE endereçou convite ao seu homólogo tunisiano para organizar visita de trabalho ao Brasil. Na visita do então ministro Mauro Vieira a Túnis, em março de 2016, o convite do TSE foi renovado. Em abril de 2016, o presidente da ISIE dirigiu nova carta ao TSE, aceitando o convite. As datas ainda não foram definidas.

Vale também destacar cooperação no domínio da **saúde**, que, voltada para a capacitação de médicos tunisianos para transplante de fígados entre pacientes vivos, tem sido desenvolvida diretamente pelo Hospital Sírio-Libanês e o Hospital da Marsa, na Tunísia. Trata-se de cooperação com caráter estruturante na área de saúde, que se distingue por visar à autonomia das instituições tunisianas beneficiadas. Técnicos do Hospital brasileiro, que avaliam que a Tunísia poderá converter-se em referência regional nesse tipo de tratamento médico em médio prazo, já realizaram visitas e seminários de treinamento em Túnis. Aguarda-se o envio de equipe tunisiana para treinamento no Brasil.

No **domínio da inteligência e da prevenção ao terrorismo**, há cooperação nascente entre o Brasil e a Tunísia. A Tunísia consta entre os países convidados para participar do Centro de Inteligência de Serviços Estrangeiros estabelecido para a segurança dos Jogos Olímpicos de 2016.

Ademais das iniciativas de cooperação já elencadas, Brasil e Tunísia têm prospectado projetos e iniciativas em diversos outros domínios, como **geologia, defesa, gestão ambiental e capacitação de pequenas e médias empresas**, o que evidencia o grande potencial da parceria entre os dois países.

Assuntos consulares

De acordo com dados da Embaixada em Túnis, há 65 brasileiros vivendo na Tunísia. O setor consular da Embaixada presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais brasileiros para tomador, público ou privado, da Tunísia.

Política interna

Histórico

Em quase três mil anos de história, a Tunísia recebeu influência de povos como berberes, cartagineses, romanos, árabes e otomanos. Em contexto de dificuldades econômicas locais e no auge do imperialismo europeu, a Tunísia tornou-se protetorado francês, em 1881. Sob administração francesa, consolidou-se sistema de educação bilíngue, que possibilitou às elites tunisianas acesso a universidades francesas, onde se formaram as primeiras lideranças que contestaram o domínio francês.

A resistência tunisiana ganhou intensidade durante a primeira metade do século XX. Em 1920, foi fundado o partido "Destur", de orientação nacionalista. Em 1934, cisão interna na agremiação política levou à criação do partido "Neo-Destur", que além da defesa da independência tunisiana, sustentava a preservação do caráter laico do Estado. O novo partido, sob a liderança de Habib Bourguiba, graduado em direito em Paris, ganhou, paulatinamente, proeminência na contestação ao domínio francês.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, a contestação à presença francesa ganhou renovado impulso. O assassinato do líder sindical Farhat Hached, em dezembro de 1952, provocou intensa onda de protestos e greves no país, a qual duraria até 1954, quando a França concedeu autonomia interna à Tunísia e iniciou negociações com o "Neo-Destur" para a concessão da independência, formalmente obtida em março de 1956. Em 1959, Bourguiba elegeu-se como o primeiro presidente do país, após a supressão de revolta liderada pelo secretário-geral do Neo-Destur, Saleh Ben Youssef (1955-56), e a proclamação da República, em 1957.

O **período Bourguiba** foi marcado, por um lado, pelos esforços de modernização e secularização do país, capitaneados pelo estado tunisiano e, por outro lado, pelas crescentes restrições a liberdades civis e políticas. Cinco meses após a formalização da independência, em agosto de 1956, adotou-se o "Código de Estatuto Pessoal", legislação até então inédita no mundo árabe. A nova legislação garantiu importantes direitos às mulheres, tais como o divórcio, idade mínima e consentimento mútuo para o matrimônio, acesso a herança e a guarda dos filhos, entre outros. Esses avanços, contudo, foram acompanhados por certos retrocessos no âmbito político. Na década de 1960, a Tunísia tornou-se regime de partido

único, tendo o "Neo-Destur" sido renomeado "Partido Socialista Desturiano" (PSD), em 1964; e, em 1975, Bourguiba tornou-se presidente vitalício do país.

No início da década de 1980, em decorrência do segundo choque do petróleo (1979), e da queda de sua produção agrícola, a Tunísia mergulhou em grave crise econômica, a qual foi acompanhada por protestos em favor de maiores liberdades e contra a carestia, em especial no preço dos alimentos. Em resposta, o governo tunisiano empreendeu movimento de tímida abertura, permitindo a realização de eleições legislativas multipartidárias em 1981. Embora o pleito tenha resultado em vitória massiva do PSD, ganhou proeminência, naquele contexto, o "Movimento da Tendência Islâmica" (MTI), grupo de orientação islamista fundado naquele ano sob a liderança de Rached Ghannouchi. O MTI, acusado, ao longo dos anos 1980, de estar por trás dos seguidos protestos contra a carestia no país, as chamadas "revoltas do pão", e chocando-se frontalmente com o projeto laico de Bourguiba, foi duramente reprimido pelo governo tunisiano.

O recrudescimento da repressão política aos islamistas e a grave crise econômica acabaram por tornar a situação política de Bourguiba insustentável. Em 1987, sob a alegação de que o mandatário tunisiano estaria senil, o então primeiro-ministro Zine El-Abidine Ben Ali destituiu Bourguiba e assumiu a Presidência.

O **governo Ben Ali** foi marcado, inicialmente, pela adoção de medidas de abertura política. O mandato vitalício do presidente da República foi abolido e nova lei de partidos políticos foi aprovada, permitindo a legalização de diversos agrupamentos. O MTI, que passou a chamar-se "*Ennahda*" (Renascença), em 1989, permaneceu proscrito. Sua liderança, embora inicialmente libertada por Ben Ali, voltou a ser perseguida, tendo partido para o exílio, em especial na Europa.

As medidas de abertura anunciadas não resultaram em maior participação no governo do país. O PSD, renomeado Aliança Constitucional Democrática (RCD, na sigla em francês), continuou hegemônico na vida política e administrativa do país. Ben Ali, por sua vez, foi sucessivamente reeleito Presidente (1994, 1999, 2004 e 2009) em pleitos contestados por entidades independentes. No plano econômico, intensificaram-se reformas liberalizantes, voltadas para a atração de investimentos externos, baseadas em amplo programa de privatizações que favoreceram setores vinculados ao governo. Embora a renda *per capita* tunisiana tenha triplicado durante o período, ampliaram-se as desigualdades sociais e regionais no país. Ben Ali, desprovido da legitimidade de que Bourguiba gozara, enquanto líder da independência nacional e propulsor da modernização tunisiana, ancorou sua sustentação no chamado "milagre tunisiano" e na ampliação dos gastos com políticas de assistência social, em particular com subsídios a gêneros de primeira necessidade.

A Revolução Tunisiana de 2011

Ao final da década de 2000, as tensões econômicas e políticas inerentes ao modelo tunisiano agravaram-se. Embora a economia do país mantivesse boas taxas de crescimento, os setores produtivos não foram capazes de absorver crescente contingente de mão de obra, em especial os mais jovens e recém-formados. A taxa de desemprego chegou a 13% da população ativa, em 2010, sendo superior a 20% entre jovens com diploma universitário e em cidades do interior do país. O regime político, por sua vez, revelava-se incapaz de responder às crescentes demandas por renovação e por maiores liberdades civis e políticas.

Em 17 de dezembro de 2010, a autoimolação de um jovem vendedor ambulante, Moahammed Bouazizi, no interior do país (Sidi Bouzidi), em protesto contra a arbitrariedade policial de que fora vítima, desencadeou onda de manifestações populares no país. A persistência e a ampliação das manifestações acabaram tornando insustentável a permanência de Ben Ali no poder. Em 14/1/2011, o Presidente tunisiano fugiu do país, após 23 anos no poder, exilando-se na Arábia Saudita. Os protestos tunisianos e a queda de Ben Ali marcaram o início da chamada "**Primavera Árabe**", onda de revoltas e insurreições populares que varreu grande parte dos países árabes naquele ano.

Após a fuga de Ben Ali, em conformidade com a Constituição tunisiana, o presidente do Parlamento, Foued Mebazaa, assumiu como presidente interino do país. A liderança política tunisiana, juntamente com alguns setores moderados da oposição, iniciou movimento em direção à realização de transição política branda. Nesse contexto, o primeiro-ministro Mohammed Ghannouchi, no cargo desde 1999, buscou formar governo de unidade nacional e convocar novas eleições gerais em 60 dias, o que se mostrou inviável diante da persistência dos protestos populares, que passaram a contar com a participação de islamistas. Os manifestantes exigiam a renúncia do governo provisório, identificado com o RCD, e a convocação de uma assembleia constituinte.

Em fevereiro de 2011, em decorrência dos protestos populares, Ghannouchi demitiu-se. Para seu lugar, Mebazaa indicou Beji Caid Essebsi, político que ocupou cargos de elevado perfil durante os governos Bourguiba e Ben Ali. Durante seu período à frente da chefia de governo, foi permitida a legalização de mais de uma centena de partidos políticos, dentre os quais o Ennahda, e organizaram-se eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Ao prevalecer a opção pela realização de eleições constituintes como primeira etapa de seu processo transitório, a Tunísia diferenciou-se de outros países da região que passaram pela "Primavera Árabe", os quais optaram pela organização de eleições legislativas e presidenciais antes da definição de marco constitucional.

A ANC e a formação do Governo transitório

Em outubro de 2011, realizaram-se as primeiras eleições livres na história da Tunísia republicana. O pleito, que definiu os 217 membros da ANC, resultou em expressiva vitória do Ennahda (89 assentos). Em segundo lugar, ficou o nacionalista de esquerda

"Congresso para a República" (CPR) (29 assentos), seguido do socialista "Ettakatol" (20 assentos). Analistas atribuem a vitória eleitoral do Ennahda à adoção de discurso moderado, no qual prometia assegurar os direitos humanos fundamentais e o estado de direito, fato que esvaziou as críticas de seus opositores, bem como à elevada fragmentação dos partidos e candidatos laicos (o pleito contou com mais de 115 partidos políticos registrados). Após cerca de cinquenta anos de regimes autoritários laicos, a vitória do Ennahda, duramente reprimido pelos governos anteriores, foi também vista por parte relevante do eleitorado tunisiano como garantia de real ruptura com o passado.

Em novembro de 2011, o Ennahda anunciou a formação de coalizão governista com o CPR e com o Ettakatol, que juntos respondiam por cerca de dois terços dos representantes eleitos. O acordo que consolidou a chamada "troica" permitiu a formação de governo transitório, responsável por conduzir o país durante a elaboração da nova Constituição e a subsequente realização de eleições gerais. Nesse contexto, coube a Mustapha Ben Jaafar ("Ettakatol") a presidência da ANC, a Moncef Marzouki (CPR) a Presidência da República e a Hamadi Jebali ("Ennahdha"), o cargo de primeiro-ministro. O Ennahda passou também a ocupar, entre outras, as principais pastas políticas (Interior, Justiça, Negócios Estrangeiros e Defesa). Em dezembro de 2011, a ANC adotou Constituição provisória para guiar a vida política do país no período transitório.

Polarização entre islamistas e secularistas

Ao iniciar o segundo ano da revolução tunisiana, tornou-se evidente a crescente polarização entre islamistas e secularistas, que dominou os debates da ANC e resultou em graves episódios de intimidação e violência que passaram a pontuar o cotidiano da vida política e social tunisiana.

Após a derrota nas eleições para a ANC, as forças secularistas buscaram reagrupar-se em novos partidos. Em abril de 2012, sob a liderança do ex-primeiro-ministro Beji Caid Essebsi, foi lançado o partido "Nidaa Tunes" ("Apelo à Tunísia"), que buscou reunir as principais lideranças secularistas e centristas do país, muitas das quais oriundas do antigo RCD, em oposição ao que Essebsi definiu como a "ameaça extremista". Desde sua criação, o Nidaa Tunes passou a constituir a maior força de oposição no país durante o período transitório.

Por outro lado, distúrbios capitaneados por forças salafistas atacavam manifestações intelectuais e culturais "ofensivas à moral islâmica" em todo o país. A violência salafista ganhou intensidade ao longo de 2012, com ataques à embaixada dos EUA e à escola americana em Túnis, em setembro daquele ano.

Paralelamente, tornaram-se comuns episódios de intimidação a políticos opositores e a lideranças sindicais pelas chamadas "Ligas de Proteção da Revolução" (LPR), grupos paraestatais com presença de militantes do Ennahda.

A disputa entre secularistas e islamistas traduziu-se, no âmbito da ANC, em intenso debate sobre o caráter laico ou religioso do estado tunisiano, sobre os direitos das mulheres, bem como sobre a forma de governo a ser adotada no país. Os impasses nos debates da ANC levaram a seguidas postergações da conclusão do texto da carta tunisiana, prevista inicialmente para outubro de 2012.

A violência política no país atingiu seu ponto mais grave com o assassinato de dois líderes oposicionistas particularmente vocais em suas críticas ao governo liderado pelo Ennahda: Chokri Belaid, em fevereiro de 2013, e Mohamed Brahmi, em julho do mesmo ano. Os episódios acarretaram graves crises institucionais, com a oposição secular acusando o Ennahda de conivência com a violência política. Após o assassinato de Belaid, o primeiro-ministro Hamadi Jebali apresentou pedido de renúncia, sendo substituído por Ali Larayedh, então ministro do Interior e também vinculado ao Ennahda. A morte de Brahmi, por sua vez, ensejou grandes manifestações em Túnis contra o Ennahda, bem como o boicote de 72 parlamentares da oposição secular aos trabalhos da ANC, que foram interrompidos por falta de quórum. A oposição passou a exigir a imediata substituição do governo transitório liderado pelo Ennahda, argumentando que, até outubro de 2013, já se teria esgotado o prazo de dois anos que havia sido acordado para que fosse alcançado consenso sobre a constituição, bem como convocadas novas eleições.

Diálogo nacional

Apesar do impasse político instaurado, não se observou ruptura do diálogo entre islamistas e a oposição secular. Os líderes do Ennahda, Rached Ghannouchi, e do Nidaa Tunes, Beji Essebsi, passaram a manter, a partir de agosto, encontros com vistas a negociar saída política para a crise. Em outubro de 2013, foi instaurado o chamado “Diálogo Nacional” entre a troica e a oposição, patrocinado por quatro entidades da sociedade civil tunisiana (o chamado “Quarteto”): União Geral dos Trabalhadores da Tunísia (UGTT), União Tunisiana da Indústria, do Comércio e do Artesanato (Utica), Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia (ONAT) e Liga Tunisiana dos Direitos do Homem (LTDH). Entre outros pontos, o mapa do caminho proposto pelo Quarteto para as negociações previa: (i) a nomeação de governo de perfil técnico; (ii) a finalização dos trabalhos constituintes; e (iii) a adoção de novo código eleitoral e a definição do calendário de eleições gerais.

Ponto de partida para o início do diálogo foi o compromisso do Ennahda de abrir mão de seus cargos no governo em favor da formação de governo de “competências”, o que permitiu o início das negociações em torno da composição do futuro **governo tecnocrático**. A oposição laica, por sua vez, reconheceu a legitimidade dos trabalhos da ANC como poder constituinte e legiferante até a realização das eleições gerais do país.

Em dezembro de 2013, como resultado do diálogo nacional, foi anunciada a escolha do então ministro da Indústria, Mehdi Jomaa, como novo primeiro-ministro. O

acordo quanto ao novo chefe de governo, sem vínculos partidários, permitiu a retomada dos trabalhos da ANC, que aprovou o texto da nova Carta tunisiana em janeiro de 2014.

A nova **Constituição tunisiana** consagrou amplo espectro de liberdades e direitos, entre os quais a liberdade de crença e a igualdade legal entre os gêneros, e declarou, em seu preâmbulo, que a Tunísia se constitui como uma República civil, baseada no estado de direito. O sistema de governo adotado foi o do semipresidencialismo, com presidente eleito pelo voto direto e primeiro-ministro indicado pela coalização majoritária. O Legislativo, unicameral, ficou a cargo da "Assembleia dos Representantes do Povo", que conta com 217 parlamentares eleitos para mandatos de 5 anos. A adoção da nova Constituição da Tunísia, internacionalmente reconhecida como uma das mais progressistas e democráticas do mundo árabe, teve grande repercussão internacional, sendo considerado evento histórico não somente para o povo tunisiano, mas também para a região.

A realização de eleições gerais e a conclusão do período transitório

Na sequência da finalização da constituição e como previamente acordado no diálogo nacional patrocinado pela sociedade civil, o Ennahda abriu mão da chefia de governo e Jomaa foi empossado como primeiro-ministro em janeiro de 2014, juntamente com novo gabinete, de caráter técnico e apartidário. O novo governo foi incumbido de liderar a Tunísia até a realização de eleições legislativas e presidenciais.

A ANC promulgou, em maio de 2014, nova lei eleitoral, que passou a exigir que os partidos apresentem lista de candidatos que contemple, em igual número, homens e mulheres. Após intensos debates, foi retirada do texto da lei proibição a candidatos que tivessem sido afiliados ao RCD, antigo partido de Ben Ali. A organização do pleito ficou a cargo da Instância Superior Independente para as Eleições (ISIE), órgão não vinculado ao governo tunisiano, o que garantiu maior transparência e credibilidade à organização das eleições. No mês seguinte, definiu-se calendário eleitoral, com a realização do pleito legislativo, em outubro de 2014, e presidencial, em novembro e dezembro do mesmo ano.

Em paralelo à organização das eleições, o governo Jomaa empenhou-se no retorno da Tunísia à normalidade institucional. Em maio de 2014, as Ligas de Proteção da Revolução foram dissolvidas pelo judiciário tunisiano e seus bens confiscados. No mesmo período, foi lançado diálogo nacional sobre a economia, com vistas a definir medidas a serem adotadas para a revitalização da economia tunisiana, profundamente afetada por três anos de instabilidade.

Entre outubro e dezembro de 2014, foi realizado, sob a liderança do governo tecnocrático, o ciclo eleitoral (eleições legislativas e presidenciais) que marcou a **conclusão do processo de transição tunisiano**.

Prêmio Nobel da Paz

Em outubro de 2015, foi anunciado que o "Quarteto do Diálogo Nacional Tunisiano" seria laureado com o "Prêmio Nobel da Paz". O comitê avaliador da honraria justificou a escolha do Quarteto pela sua *"contribuição decisiva para a construção de uma democracia pluralista na Tunísia"*, *"país que passou pela transição democrática mais bem sucedida após a Primavera Árabe"*. A cerimônia do Nobel ocorreu em dezembro 2015.

Com efeito, o Diálogo Nacional auspiciado pelo Quarteto, que permitiu a continuidade dos trabalhos da Constituinte e a formação do governo tecnocrático, com apoio de forças tanto islamistas quanto seculares, foi amplamente reconhecido como "inflexão crítica" na trajetória da transição tunisiana, contribuindo para sua conclusão pacífica. A atuação do Quarteto também foi emblemática da importância adquirida pela sociedade civil organizada como vetor dos desejos de transformação política ambicionados pelo povo tunisiano.

O governo brasileiro felicitou, em nota à imprensa, o povo e o governo tunisianos e, em especial, as entidades do Quarteto pela premiação. Do mesmo modo, os presidentes das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) e de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados enviaram moção de congratulação à embaixada da Tunísia em Brasília.

Quadro político pós-transição

A partir das eleições que concluíram o processo de transição tunisiano, o Nidaa Tunes, partido criado no período de transição para reunir a oposição laica, converteu-se na principal força política do país, havendo conquistado 85, dos 217 assentos da Assembleia, e eleito Beji Caid Essebsi como presidente. O Ennahda, que obteve 69 assentos (três a menos do que o necessário para bloquear as principais decisões do Legislativo), permaneceu como uma força política de grande expressão, embora tivesse perdido a capacidade de liderar a formação do novo governo.

No pleito presidencial, o Ennahda não indicou candidato. O presidente do período de transição, Moncef Marzouki, embora tenha saído candidato a reeleição pelo partido CPR, contou com a preferência da base eleitoral do Ennahda para atingir o expressivo patamar de 45% dos votos. Em dezembro de 2015, embalado por essa expressiva votação, Marzouki liderou a fundação do partido "Movimento Tunísia Vontade" (MTV), o qual congrega, sobretudo, militantes dos direitos humanos, como o próprio Marzouki, profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes, estudantes e pequenos e médios empresários e produtores rurais.

Comentadores do quadro político tunisiano no período pós-eleitoral têm indicado que a estabilidade e a coesão social na Tunísia ainda dependem de que nenhuma das duas principais forças políticas tunisianas busque promover projeto hegemônico e excludente de poder. Da mesma forma que, com vistas a assegurar a governabilidade durante o período de

transição, o Ennahda buscou matizar seu discurso ideológico e acomodar forças seculares para formar uma coalizão governista, o governo liderado pelo Nidaa Tunes enfrenta o desafio de engajar diferentes setores da sociedade e da comunidade política tunisianas na promoção da inclusão socioeconômica das populações do interior e na mitigação das disparidades sociais e inter-regionais que estiveram na origem da Revolução de 2011.

Naquele contexto, o Nidaa Tunes buscou incorporar, além de outros partidos de menor expressão, também o Ennahda na formação de nova coalização governista, o que assegurou à coligação maioria contundente no Legislativo (apenas Nidaa Tunes e Ennahda detinham juntos 70% das cadeiras). Ao formar o novo governo tunisiano, em fevereiro de 2015, o Ennahda foi, assim, contemplado com um ministério (Emprego e Formação Profissional) e três secretarias de estado (Reestruturação dos Estabelecimentos Hospitalares, Tributação e Finanças e Cooperação Internacional).

Não obstante, já ao longo de 2015, o **Nidaa Tunes enfrentou penoso processo de fratura**. Segundo analistas da política tunisiana, desde a formação do Nidaa Tunes, conviviam em seu seio múltiplas correntes ideológicas, cuja afinidade se forjara no contexto da oposição ao governo islamista do Ennahda e na disputa das eleições de 2014. Ao longo de 2015, a escalada das divergências entre distintas facções do partido levou ao anúncio, por 32 deputados da legenda, da suspensão temporária de sua adesão à bancada do Nidaa, dos quais 21 chegaram a assinar fichas de desfiliação já em dezembro de 2015.

Com vistas a recompor a base do governo, realizou-se, em janeiro de 2016, ampla reforma ministerial, com destaque para a nomeação de personalidades políticas com afinidade com o Ennahda para as pastas do Interior, Justiça, Minas e Energia e Assuntos Religiosos. A clara necessidade de acomodar uma maior participação do Ennahda no gabinete ministerial como forma de garantir a sobrevivência da coalizão governista foi, contudo, intensificada, à medida que o Nidaa experimentou novas dissidências nos primeiros meses de 2016. A partir da desfiliação, até março de 2016, de um total de 29 deputados dissidentes do Nidaa, foi criada nova legenda, o "Movimento para um Projeto da Tunísia". O Nidaa passaria, assim, a contar com apenas 56 deputados, ao passo que o Ennahda manteve seus 69 assentos.

Não obstante tenha alcançado a maior bancada parlamentar, o Ennahda manteve-se fiel à composição liderada pelo Nidaa. O partido islamista, durante seu X congresso, em maio de 2016, reconheceu a separação entre as esferas política e religiosa de sua atuação, passando a definir-se como partido político civil. Trata-se de importante desenvolvimento histórico. Possivelmente pela primeira vez, no mundo árabe, organização islamista admite a distinção entre as esferas política e religiosa e opta por circunscrever sua atuação ao marco jurídico democrático de um único estado.

Em meio a esses desenvolvimentos, a aliança entre Nidaa e Ennahda saiu fortalecida. A partir da revitalização da base governista, e diante de dificuldades do governo de Essid em equacionar os desafios econômicos do país, o presidente Essebsi propôs, em

junho, a formação de "governo de união nacional", com a participação ampliada do Ennahda e de partidos da oposição, bem como da UGTT e da UTICA. Em julho, foi assinado por partidos governistas e de oposição, bem como por representantes das duas entidades sindicais, o "Pacto de Cartago", que estabeleceu as prioridades do novo governo de união nacional: (i) combate ao terrorismo; (ii) aceleração do crescimento econômico e geração de emprego; (iii) combate à corrupção, aplicação de boas práticas de governança e saneamento das finanças públicas; (iv) busca de uma política social eficaz; e (v) aplicação de políticas específicas para cidades e comunidades locais.

No mesmo mês, com vistas a abrir caminho para a formação do governo de união nacional, o parlamento tunisiano retirou moção de confiança ao primeiro-ministro Habib Essid, que passou a ser considerado demissionário. Em agosto de 2016, Essebsi designou o ministro dos Assuntos Locais, Youssef Chahed, jovem político vinculado ao Nidaa Tunes, para a chefia de governo. O novo primeiro-ministro, designado com apoio do Ennahda, terá 30 dias para formar novo governo. A renovação da aliança entre Nidaa e Ennahda, em que pesem as dificuldades inerentes a suas contradições, tem sido vista como mais um gesto em favor da união nacional, além de contribuir para que maior proporção da população tunisiana se veja representada no jogo político nacional.

O novo governo de união nacional terá importantes desafios pela frente, em especial no que diz respeito ao combate ao **desemprego** e ao terrorismo. Cerca de 700 mil tunisianos (15,2% da população economicamente ativa) encontram-se sem trabalho. O desemprego tem vitimado principalmente a população mais jovem, em especial aqueles com educação superior (estima-se que até 62% dos jovens tunisianos com diploma universitário não contam com emprego formal). O desemprego tem-se mostrado mazela social resiliente, que tem motivado diversos episódios de conflagração política, para além da própria Revolução de janeiro de 2011.

A Tunísia também se vem deparando, desde 2015, com desafios inéditos no domínio da **segurança**, associados a atentados terroristas de monta. No dia 18/3/2015, homens armados realizaram disparos contra civis nas imediações do Museu Nacional do Bardo, deixando 22 pessoas mortas e pelo menos outras 22 feridas, na sua maioria turistas europeus. Em 26/6/2015, atentado com as mesmas características teve lugar em hotel no Balneário de Sousse, deixando 38 mortos, na maioria turistas britânicos.

Esses dois atentados impactaram fortemente o turismo na Tunísia (queda estimada em 50% nas reservas de pacotes por turistas estrangeiros), atividade que representa cerca de 15% do PIB. Em reação, o governo intensificou as ações de segurança e deu início a estado de emergência, que perdurou entre agosto e out/2015.

No dia 25/11/2015, contudo, um terceiro atentado terrorista vitimou membros da guarda presidencial tunisiana, no centro de Túnis, deixando saldo de 11 mortos. Desde então,

passou a vigorar novo estado de emergência no país, o qual tem sido renovado reiteradamente.

Em 7/3/2016, o "Estado Islâmico na Líbia" invadiu a cidade tunisiana de Ben Guerdane, sendo repellido por vias militares. Com duração de 3 dias, os enfrentamentos resultaram em 65 mortos, dos quais 45 combatentes do EI, 13 militares tunisianos e 7 civis.

Política externa

A política externa tunisiana, por motivos históricos e geográficos, tem se caracterizado por alinhamento às potências ocidentais, posições moderadas em relação aos principais temas do Magrebe e do Oriente Médio, e apego ao multilateralismo. Em razão dos laços econômico-comerciais (mais de 70% de seu intercâmbio comercial), da cooperação e da ajuda ao desenvolvimento direcionada ao país, bem como da expressiva presença de migrantes tunisianos na Europa (aproximadamente 85% da diáspora tunisiana), os países europeus, sobretudo França, Itália e Alemanha, constituem as parcerias mais tradicionais da Tunísia em termos econômicos e políticos. As relações com os Estados Unidos da América (EUA), fundadas em considerações estratégico-militares e no apoio à estabilidade tunisiana, também se revestem de importância histórica para o país magrebino.

Após a Revolução de janeiro de 2011, ganhou ímpeto movimento de revisão da política externa tunisiana, que passou a buscar maior diversificação de suas parcerias e redução de suas dependências externas. Esse movimento, articulado durante o processo de transição democrática (2011-2015), conferiu à política externa tunisiana caráter mais universalista e pragmático, no qual, sem descuidar das parcerias tradicionais, a chancelaria tunisiana também buscou privilegiar aproximação com países em desenvolvimento, com ênfase no mundo árabe, na África subsaariana, bem como em forças emergentes, notadamente Brasil, China, Índia, Rússia e Turquia.

Com a conclusão do período de transição, em janeiro de 2015, o novo governo tunisiano tem igualmente buscado, nas palavras do atual presidente Beji Caïd Essebsi, *“recuperar a imagem e o prestígio internacionais da Tunísia promovendo nova inserção do país no contexto internacional à luz de sua condição de jovem nação árabe e democrática”*. A reconstrução desta imagem de país estável, seguro, democrático e dinâmico é essencial para recobrar a confiança dos estados e investidores estrangeiros no sistema político e na economia tunisianos.

A fim de reforçar a atuação da diplomacia nas áreas prioritárias da segurança e da economia, o atual governo da Tunísia decidiu criar, na estrutura da chancelaria tunisiana, “Comitê Nacional de Luta contra o Terrorismo”, com mandato para aperfeiçoar a coordenação com os demais órgãos internos e concentrar iniciativas de cooperação

internacional da Tunísia no setor de segurança, bem como expandir e fortalecer sua rede de adidâncias comerciais no exterior.

No contexto do combate à proliferação de ideologias extremistas e de atividades terroristas no Magrebe, o novo governo tunisiano tem redobrado esforços para assegurar apoio dos países europeus, dos EUA e de seu entorno geográfico. Esse movimento é ilustrado pelo fato de que as três primeiras visitas bilaterais do presidente Beji Caïd Essebsi tenham sido à Argélia, à França e aos EUA.

No âmbito multilateral, cabe recordar que a Tunísia cumpriu três mandatos como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (1959–1960, 1980–1981, 2000–2001), número significativo para país magrebino de pequenas dimensões geográficas. O país é atualmente candidato a vaga no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas para o triênio 2017-2019.

União Europeia

A Tunísia foi o primeiro país mediterrâneo com o qual a União Europeia estabeleceu área de livre comércio, em vigor desde 2008, quando foi completada a eliminação de tarifas prevista no Acordo de Associação, de 1995. Em 2015, foram iniciadas negociações para ampliar o escopo do acordo de livre comércio, de modo a incluir serviços, compras governamentais, competição, direitos de propriedade intelectual e proteção aos investimentos, o que deverá conduzir a gradual integração da economia tunisiana ao Mercado Comum Europeu. O reforço da aproximação econômica com a União Europeia é considerado pelo governo tunisiano como vantajoso, pois deverá resultar em maior integração a importantes cadeias globais de valor.

No domínio político, a Tunísia é reconhecida como "parceira privilegiada" da União Europeia e espera contar com apoio europeu adicional no combate ao terrorismo e no controle do fluxo de migrantes africanos pelo Mediterrâneo em direção à Europa. Contudo, na perspectiva da atual política externa tunisiana, o modo mais eficaz de obter resultados concretos nessas áreas é a erradicação de suas causas mais profundas: a pobreza, o desemprego e os desequilíbrios regionais.

Estados Unidos

A tradicional aliança da Tunísia com os EUA, forjada durante a Guerra Fria e revitalizada após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, fundamenta-se na visão norte-americana da Tunísia como ator moderado e liberal, bem como nos interesses econômicos tunisianos. A parceria com os EUA reforçou-se durante visita do presidente Beji Caïd Essebsi a Washington em maio passado, quando se anunciaram novas iniciativas de cooperação nos setores de defesa, educacional, turístico, financeiro e comercial. Na mesma ocasião, os EUA conferiram à Tunísia o estatuto de “aliado preferencial não membro da OTAN”, o que deverá abrir caminho para maior cooperação militar entre os dois países. A

presença norte-americana na economia tunisiana, contudo, é bem mais reduzida do que a dos países europeus.

Vista pelos países ocidentais como exemplo de transição democrática no contexto da chamada “Primavera Árabe”, a Tunísia tem recebido expressivo fluxo de visitas de alto nível, bem como renovadas promessas de ajuda financeira e cooperação. Desde a adoção da nova constituição, em janeiro de 2014, já visitaram o país os presidentes da Alemanha, da Itália, da Palestina e da Sérvia, o rei do Marrocos e os ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos da América, da França, de Malta, entre outros. O governo norte-americano, em maio de 2015, reiterou sua intenção de conceder à Tunísia garantia de crédito de 500 milhões de dólares para que o país magrebino possa captar recursos no mercado internacional em condições mais favoráveis. O governo italiano anunciou, por sua vez, aporte de 86 milhões de euros para a execução de projetos de cooperação e auxílio direto ao orçamento público da Tunísia. Por outro lado, o recrudescimento do radicalismo religioso é fonte de extrema preocupação para os parceiros tradicionais do país. A Tunísia é citada como um dos principais países de origem de jihadistas estrangeiros recrutados voluntariamente para lutar na Síria e no “Estado Islâmico” (estima-se que cerca de três mil jovens tunisianos se associaram a grupos extremistas na região). Nesse quadro, o temor de que a Tunísia possa ser alvo de radicalização ou desestabilização em função da deterioração das condições socioeconômicas no país e da crise na vizinha Líbia também contribui para engajamento internacional ainda maior com a consolidação democrática e o fortalecimento da segurança no país.

Entorno regional

Em seu entorno geográfico, o país busca dar novo alento a iniciativas de integração regional. A consolidação da **União do Magrebe Árabe (UMA)**, criada em 1989 e integrada por Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia, tem sido ativamente defendida por esta última. O ideal de integração econômica e política da UMA, contudo, sofreu, desde o início, dificuldades relacionadas às divergências entre Marrocos e Argélia a respeito da soberania do Saara Ocidental. Ciente das dificuldades de integração decorrentes, a Tunísia vem propondo avanços concentrados em temas econômicos. Estudos do Banco Mundial indicam ser possível criar mais de 40 mil empregos e alcançar incremento de 2% a 3% no PIB regional caso venha a concretizar-se a livre circulação de bens entre as fronteiras dos cinco países da UMA.

A cooperação política, militar e econômica com a **Argélia** tem sido reforçada nos últimos anos. As relações bilaterais foram recentemente descritas pelo presidente Beji Caïd Essebsi como “privilegiadas e excepcionais”, sendo consideradas essenciais para o combate ao jihadismo e para a estabilidade da região. A Argélia apoiou a transição política tunisiana e tem desempenhado papel crucial na manutenção da estabilidade e da segurança no território tunisiano. Ao amparo de acordo militar assinado em maio de 2014, a Argélia destacou forças militares para o rastreamento de grupos terroristas no país vizinho. Teriam sido instalados 80

postos de controle e 20 zonas militares, com 60.000 militares, ao longo dos 956 quilômetros da fronteira comum, em condições de atuar em território tunisiano. Importa, ainda, mencionar que a economia da Tunísia tem-se beneficiado da ajuda financeira e do afluxo de turistas argelinos.

O **Marrocos** é também um relevante parceiro da Tunísia na região. Ambos os países adotaram modelos econômicos similares e, ao contrário dos demais países magrebinos, optaram por relações próximas com as potências ocidentais desde os primórdios de suas independências. A convergência entre os dois países é facilitada, ainda, pela posição neutra adotada pela Tunísia em relação à questão do Saara Ocidental.

A crise na **Líbia** é tema premente da agenda política e de segurança do Magrebe e tem tido impacto direto sobre a estabilidade e a economia da Tunísia. Estima-se que até 1,5 milhão de líbios, número que equivale a aproximadamente 10% da população tunisiana, buscaram refúgio na Tunísia desde 2011, o que se tem traduzido em elevados custos para o governo e a sociedade tunisianos. Além disso, o conflito líbio resultou em drástica diminuição das remessas da diáspora tunisiana no país vizinho, onde até recentemente residiam cerca de 300 mil cidadãos tunisianos, e do comércio bilateral formal.

Preocupam Túnis, ainda, o aumento do tráfico de armas e a fluida circulação de jihadistas oriundos da Líbia em território tunisiano, dadas a extensão e a porosidade da fronteira comum (459 km). As regiões sul e oeste da Tunísia, crescentemente utilizadas como ponto de trânsito para grupos armados, contrabandistas e traficantes de armas e de drogas com conexões no Magrebe, Sahel e Levante, são hoje também importantes áreas de recrutamento de combatentes voluntários por parte de grupos extremistas. Investigações tunisianas sobre os atentados no Museu do Bardo e em Sousse, concluíram que, em ambos os casos, os autores receberam treinamento na Líbia. Recorde-se, ademais, que, em março de 2016, cerca de 100 homens fortemente armados, em sua grande maioria tunisianos, atacaram, a partir da Líbia, bases do exército e da polícia tunisiana na cidade fronteiriça de Ben Guerdane. O ataque, que resultou na morte de 13 militares e de 7 civis, foi rechaçado com sucesso pelas forças de segurança da Tunísia.

Além das questões de segurança, outra preocupação do governo tunisiano tem sido garantir a integridade de seus nacionais em território líbio. Tornaram-se frequentes sequestros de funcionários governamentais e cidadãos comuns tunisianos por milícias líbias.

Temendo agravamento da situação e repercussões negativas em seu território, a Tunísia tem buscado ampliar seus apoios externos e contribuir ativamente no encaminhamento de solução negociada para a crise líbia, tendo reiterado oposição a quaisquer intervenções militares externas no país vizinho. Na visão tunisiana, compartilhada pela grande maioria da comunidade internacional, a consolidação de governo capaz de exercer controle efetivo sobre o território líbio é condição fundamental para a estabilidade de toda a região.

Nesse contexto, o governo tunisiano tem-se engajado, particularmente, no apoio ao novo governo de acordo nacional líbio, formado a partir da assinatura, sob mediação da ONU, do Acordo Político Líbio, em dezembro de 2015. Quatro dias após a instalação do novo governo em Trípoli, em 31/3/2016, a Tunísia anunciou intenção de reabrir de sua Embaixada em Trípoli. Em meados de abril de 2016, realizou-se, em Túnis, conferência internacional em apoio ao novo governo líbio, que reuniu representantes de cerca de 40 países. No mês seguinte, o primeiro-ministro Habib Essid visitou Trípoli (6/5/2016) e o primeiro-ministro líbio Fayez Serraj visitou Túnis (12/5/2016). Por ocasião das visitas foram anunciadas iniciativas de cooperação para o controle de fronteiras e a retomada de voos regulares entre a Líbia e a Tunísia.

A Tunísia, cuja vocação árabe-magrebina é inequívoca, também acompanha atentamente a situação em todo o **mundo árabe**. Apesar do engajamento com os países ocidentais, o país manteve historicamente importante atuação, ainda que discreta, no seio da comunidade dos países árabes, tendo hospedado, na década de 1980, as sedes da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e da Liga dos Estados Árabes (LEA).

Em relação às situações na Síria e no Iêmen, a Tunísia tem-se alinhado às posições e decisões da LEA. A Tunísia não reconhece o regime de Bachar al-Assad como autoridade legítima na **Síria**, mantendo apenas serviços consulares em Damasco. No que concerne ao conflito israelo-palestino, o país reconhece o Estado da Palestina e, recordando a necessidade de zelar pelos direitos do povo palestino, tem defendido solução pacífica para a disputa, baseada na fórmula dos dois estados.

Deve-se destacar, ainda, a relevância atribuída às relações com as **monarquias do Golfo**, importantes parceiros econômicos. Desde dezembro de 2015, o presidente Essebsi já realizou três viagens à região, visitando Arábia Saudita, Bahrein, Kuwait e Qatar. Nas ocasiões, anunciaram-se importantes financiamentos para projetos de infraestrutura tunisianos. Despontam, em especial, o anúncio do crédito de US\$ 3,5 bilhões, concedido por banco bahreinita "Gulf Financial House", para projeto de estabelecimento de centro financeiro na região do porto de Túnis, bem como de financiamento saudita da ordem de US\$ 350 milhões para obras de infraestrutura energética na Tunísia. Estima-se, ademais, que a ajuda fornecida pelo Qatar à Tunísia, desde a Revolução de 2011, ultrapassaria a cifra de US\$ 1 bilhão.

Atores emergentes

Para além do aprofundamento das relações com seus parceiros tradicionais, o país tem buscado também ampliar seu leque de parcerias, com interesse especial pelos países emergentes, nomeadamente Brasil, China, Índia e Turquia, e pela África subsaariana. Objetivo declarado do governo de transição, a diversificação das relações internacionais da Tunísia continua a ser perseguida pelas atuais autoridades, como forma de forjar laços

financeiros e comerciais com economias em rápida expansão (em contraposição ao baixo crescimento da Europa). Além da diminuição de dependências externas, o movimento de aproximação a parceiros extrarregionais no mundo em desenvolvimento busca igualmente conquistar maior legitimidade para sua política externa, identificada no período pós-revolucionário como demasiadamente concentrada em parceiros do Norte, em particular na Europa.

A fim de dar impulso às relações com parceiros não tradicionais, a Chancelaria tunisiana anunciou, no início deste ano, planos para elevar o nível de algumas de suas representações diplomáticas na Ásia, na África subsaariana e em países escandinavos.

O país assinou, em 2004, com a **Turquia** acordo para o estabelecimento de zona de livre comércio. O principal parceiro comercial da Tunísia na Ásia, no entanto, é a **China**, com quem mantém relações políticas cordiais e projetos bilaterais de cooperação nas áreas de defesa, turismo, energia, transporte e telecomunicações. A participação de empresas chinesas em grandes projetos de infraestrutura tende a crescer. A **Índia**, por sua vez, ainda tem presença econômica tímida na economia tunisiana e esboça aproximação política com o país magrebino.

África subsaariana

No que diz respeito à política externa para a África subsaariana, os principais interesses tunisianos tendem a ser tanto econômicos quanto políticos. O presidente Beji Caïd Essebsi, em seu discurso na cerimônia de abertura da XXIV sessão ordinária da Assembleia da União Africana, em janeiro de 2015, declarou que a Tunísia está determinada a restaurar “o prestígio e o brilho” de suas históricas relações com os países africanos subsaarianos na era Bourguiba e afirmou que, hoje mais do que nunca, a luta contra o terrorismo deve unir a África, a exemplo da unidade continental forjada em torno da batalha contra o colonialismo. A diplomacia tunisiana tem defendido, ademais, o fortalecimento dos mecanismos continentais de resolução de conflitos, a fim de garantir soluções africanas para problemas africanos. A ampliação de mercados para seu intercâmbio comercial e econômico constitui outro objetivo do fortalecimento das relações com a África subsaariana, que tem apresentado ao longo dos últimos anos taxas de crescimento econômico acima da média mundial.

Economia

A economia tunisiana encontra-se em processo de **recuperação lenta** após os fracos resultados no início desta década, associados às transformações políticas domésticas e à crise financeira internacional. Segundo dados do FMI, o PIB da Tunísia somou, em 2015, aproximadamente US\$ 44,3 bilhões, e o PIB PPP *per capita*, US\$ 11 mil. Desde 2011, a economia tem crescido a taxas moderadas (2-3%), especialmente em razão do fraco desempenho das economias europeias, principal destino das exportações tunisianas, e de movimentos grevistas e manifestações sociais que têm afetado negativamente setores-chave da economia.

Em 2015, a estimativa de crescimento do PIB manteve-se entre 0,6% (Banco Mundial, est.) e 0,8% (FMI, est.), em razão de queda no desempenho da indústria e, sobretudo, da queda na atividade turística, causada pela série de atentados terroristas em território tunisiano ao longo do ano. Apenas a agricultura e a pesca tiveram crescimento. Segundo dados do Banco Central da Tunísia (BCT), a desaceleração da atividade econômica em 2015 repercutiu, ademais, no recuo tanto das importações de bens de capital (-16%) como das exportações dos setores mecânico (-4,9%) e têxtil (-11%), na comparação com 2014. Nesse contexto, estimativas internacionais apontam que a economia tunisiana deverá manter a tendência de recuperação lenta pelo menos até 2018, quando é esperado que o PIB possa crescer cerca de 2,9%.

As dificuldades com a aceleração do crescimento econômico trazem sérias dificuldades para a redução do **nível de desemprego** na Tunísia, hoje calculado em 15,2%. Observadores econômicos estimam que o país precisaria apresentar taxa de crescimento do PIB de 5 a 6% ao ano para reduzir o nível do desemprego, sobretudo entre a população jovem, o qual esteve na origem da Revolução de janeiro de 2011. Embora o desemprego hoje seja menor do que em 2011, quando alcançou 16,7%, ainda é superior ao registrado no período pré-revolução (em torno de 13%).

Desde a década de 1970, a Tunísia adotou modelo econômico orientado para a industrialização e as exportações. A transformação estrutural da economia tunisiana foi viabilizada por ambiciosa política de investimentos públicos em infraestrutura e capital humano e pela atração de investimento externo direto com importantes incentivos fiscais a indústrias exportadoras.

O setor de serviços é, hoje, o principal da economia tunisiana, respondendo por 64,2% do PIB, enquanto a indústria e a agricultura representam 27,7% e 8,1%, respectivamente (FMI, est.). Produtos mecânicos, eletroeletrônicos, têxteis e de couro são os principais manufaturados produzidos no país. Entre os produtos agropecuários, destacam-se azeitonas, tomates, frutas cítricas, tâmaras, carne e laticínios.

O **turismo**, responsável por cerca de 15% do PIB e aproximadamente 14% da oferta de empregos no país, ainda sofre os efeitos da instabilidade vivida durante e após a Revolução de janeiro de 2011. O impacto foi mais severo nos dados de turismo internacional, setor que, em 2010, correspondia a cerca de 7% do PIB tunisiano. Com grande número de vítimas estrangeiras, os atentados terroristas no Museu do Bardo e na cidade de Sousse, em março e junho de 2015, respectivamente, impactaram fortemente o desempenho do setor, com redução de cerca de 50% das reservas de pacotes turísticos por estrangeiros. Computando apenas os visitantes estrangeiros, o número de turistas em 2015 ficou próximo de 5,3 milhões, contra 6,7 milhões em 2014 e 7,3 milhões em 2010, ano considerado referência para o setor. Essa redução nos pacotes de turismo internacionais acarretou, em 2015, perdas estimadas em pelo menos US\$ 1,5 bilhão (cerca de 3% PIB) e contribuiu para a desvalorização do dinar tunisiano em relação ao dólar e ao euro. Em que pesem apelos da ministra do turismo tunisiano para que parceiros europeus suspendessem informes oficiais desestimulando viagens ao país, o turismo estrangeiro manteve tendência de queda nos primeiros três meses de 2016, apresentando redução de cerca de 50% em comparação com o mesmo período de 2015. O governo tunisiano projeta que, em 2016, o setor do turismo deverá manter desempenho similar ao ano de 2015, apresentando recuperação a partir de 2017. Iniciativas do governo tunisiano voltadas para melhoria do quadro de segurança do país têm sido bem acolhidas pela comunidade internacional e poderão contribuir para agilização da recuperação do setor.

Desde a Revolução tunisiana, o **dinar tunisiano tem apresentado tendência de depreciação**, como resultado combinado de fatores estruturais e conjunturais que têm tido impacto negativo sobre o setor externo da economia local. Para além do mencionado impacto do turismo, sentido mais fortemente em 2015, outro fator a contribuir para a desvalorização cambial é a **crise crônica no setor mineral**, que se desenrola desde 2011, sobretudo na exploração de fosfato e derivados, principais recursos minerais do país e matéria-prima para fertilizantes, plásticos e tintas. Embora o preço internacional do fosfato esteja em alta, a queda contínua na produção dos últimos cinco anos, por problemas de gestão e de confrontos com os sindicatos, provocou prejuízos estimados em US\$ 2,5 bilhões. Foram produzidas 11 milhões de toneladas de fosfato entre 2011 e 2014, ao passo que, apenas em 2010, esse número foi de 8,2 milhões de toneladas. A queda rebaixou a Tunísia da quinta à nona posição na lista dos principais produtores mundiais, com perda de mercados frente a países como Marrocos, Jordânia e Arábia Saudita. Em 2015, não obstante recuperação modesta no setor, a quantidade de fosfato produzida manteve-se limitada a cerca de 50% da produção em 2010.

Diferentemente de seus vizinhos da costa mediterrânea, a Tunísia não é grande produtor de petróleo. Entre 1970 e 1986, a Tunísia viveu seu apogeu na produção de petróleo, chegando a produzir 120 mil barris/dia. Contudo, o país atualmente produz 55 mil barris/dia, o que corresponde a apenas 3% da produção da Argélia, por exemplo. **A Tunísia importa,**

hoje, 60% do petróleo que consome (em sua maior parte proveniente da Líbia) e 47% do gás natural, proveniente, em sua totalidade, da Argélia. Em 2013, a Tunísia descobriu novas reservas de petróleo, que poderão elevar a produção do país em 10%, até 2021. Estima-se, todavia, que as reservas de petróleo atualmente sendo exploradas na Tunísia deverão estar esgotadas até o ano de 2040.

Em 2015, a **atividade industrial apresentou queda moderada**, de cerca de 1,5%, em comparação com 2014. De acordo com relatório do Banco Africano de Desenvolvimento, os setores de vestuário, eletroeletrônicos, mecânica e agroindústria são responsáveis por 75% das empresas de exportação do país e 65% dos empregos na indústria. O setor está bem integrado às cadeias globais de valor, vínculo que foi aprofundado com a entrada em vigor de zona de livre comércio com a União Europeia, em 2008. Em que pese o adensamento desses vínculos com a Europa (atualmente, o comércio tunisiano-europeu representa mais de 70% das trocas internacionais da Tunísia), analistas tunisianos ressentem-se de que o setor industrial do país tenha passado a operar em nichos restritos das cadeias globais de produção, em geral em segmentos com potencial limitado de agregação de valor. As instalações industriais estão, ademais, concentradas na região costeira do país, o que reforça desigualdades econômicas regionais históricas. Alguns setores da sociedade tunisiana criticam, ainda, o alegadamente reduzido impacto das indústrias voltadas para a exportação no real desenvolvimento humano do país.

Desde 2011, o governo tunisiano tem adotado **políticas monetária e fiscal expansionistas**, com o objetivo de melhorar o crescimento econômico e atenuar a taxa de desemprego. Os efeitos colaterais destas medidas foram crescimento do déficit fiscal do Governo, que chegou a 6% do PIB em 2013, e incremento da inflação, que também superou os 6%. Ao longo de 2015, o novo Governo tunisiano buscou, no campo econômico, trabalhar para a melhora das contas públicas (redução do déficit e controle da inflação), por meio, sobretudo, da substituição da antiga política de subsídios por novas políticas públicas no domínio social, algumas das quais baseadas em modelos brasileiros. Previsões internacionais apontam que o déficit tunisiano, que chegou a cerca de 5% em 2015, deverá ainda cair para pouco menos de 4% até 2018. A inflação, que também ficou ao redor de 5% em 2015, deverá cair para cerca de 3,8% já em 2016.

Como forma de compensar os déficits orçamentários, o Governo tunisiano tem buscado, ademais, **fontes externas de financiamento**. O recurso ao endividamento externo também tem sido uma consequência de **repetidos déficits nas transações correntes** do país (9,6% do PIB, em 2016). Sobretudo na sequência dos principais êxitos do processo de transição, diversos parceiros externos responderam a apelos por acesso a fontes de financiamento oficial. Vale mencionar, por exemplo, que, em abril de 2014, o governo dos EUA anunciou que repassaria à Tunísia US\$ 500 milhões em garantia a empréstimos que viesse a contrair no mercado financeiro internacional, o que foi instrumental para que o país

iniciasse negociações para receber US\$ 1,75 bilhão em empréstimos do FMI. Em setembro de 2015, a Tunísia efetuou emissão de títulos que permitiram a obtenção de empréstimo no valor US\$ 400 milhões para financiar o orçamento do Estado em 2015. O sucesso dessa operação, embora tenha elevado a dívida externa do país para 53% do seu PIB, pode ser avaliado como voto de confiança do mercado internacional e dos parceiros externos nas instituições políticas e econômicas do país e nas boas perspectivas da economia tunisiana.

Comércio exterior

O **intercâmbio comercial** da Tunísia com o resto do mundo, segundo dados do FMI, foi de US\$ 31,07 bilhões, em 2015, o que representou queda de 25% em relação ao intercâmbio de 2014 (US\$ 41,58 bilhões). Nos últimos anos, a balança comercial do país tem mantido padrão deficitário (déficit de US\$ 8,05 bilhões em 2014; e de US\$ 3,42 bilhões em 2015).

As **exportações tunisianas**, que representam 32% do PIB do país, totalizaram US\$ 13,83 bilhões, em 2015, e foram destinadas, majoritariamente, aos seguintes mercados: França (34,7% do valor total); Itália (18,5%); e Alemanha (13,2%). Os principais produtos de exportação da Tunísia são máquinas elétricas, vestuário e gorduras e óleos (sobretudo azeite de oliva).

A preponderância das economias europeias também é notada na lista dos países de origem das **importações tunisianas**, que é encabeçada por França (24,5% do valor total), Itália (19,5%) e Alemanha (8,9%). Máquinas elétricas, máquinas mecânicas, combustíveis e automóveis são os principais itens da pauta de importações do país.

Comércio bilateral

O comércio Brasil-Tunísia experimentou expansão de 55,5% entre 2006 e 2015, passando de US\$ 232,1 milhões para US\$ 360,9 milhões, ainda que se tenham registrado retrações pontuais em 2009, em 2013 e em 2014. O patamar do comércio bilateral em 2015 representou cerca de 74% do pico do intercâmbio bilateral (US\$ 488,9 milhões, em 2012), ainda que tenha crescido 16,4% em relação ao valor de 2014 (US\$ 310 milhões). Em 2015, o **Brasil tornou-se o 10º principal exportador para a Tunísia** (1,8% do total importado).

Há, contudo, potencial ainda a ser explorado para o incremento das relações comerciais entre os dois países, dadas as complementaridades entre as economias tunisiana e brasileira. O cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Tunísia em 2012 permitiu identificar oportunidades de adensamento das trocas econômicas bilaterais, em especial, nos seguintes setores: i) petróleo e derivados; ii) veículos e autopeças; iii) soja e óleo de soja; iv) medicamentos; v) fios de cobre; vi) milho; vii) produtos de ferro/aço; viii) obras de plásticos; ix) trigo; e x) madeira).

A pauta exportadora do Brasil para a Tunísia, em 2014, foi dominada pelo açúcar e derivados (46,1% do valor total), soja em grãos e sementes (20,2%) e café (7,5%). Entre as importações brasileiras provenientes da Tunísia, destacam-se combustíveis (23,3% do total), adubos (21,4%) e produtos químicos inorgânicos (16,9%).

Promoção das trocas comerciais

O lado tunisiano tem envidado esforços para ampliar sua penetração no mercado brasileiro. Em maio de 2014, foi realizado o “Fórum Econômico Tunísia-Brasil”, na sede da FIESP. O então Ministro da Indústria, Minas e Energia tunisiano, Kamel Ben Naceur, liderou a participação tunisiana no evento e apresentou grande interesse de seu país em maior aproximação econômica com o Brasil. Em maio de 2015, teve lugar, em São Paulo, o Seminário “Brasil-Tunísia: perspectivas de cooperação econômica e comercial”, organizado em parceria pela Embaixada da Tunísia no Brasil e a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira.

Desde a realização do comitê de seguimento (abriu de 2014), o lado tunisiano vinha manifestando o desejo de receber missão empresarial brasileira, com a chancela do Governo, possivelmente organizada pela APEX. A missão empresarial realizada no contexto da visita a Túnis do então ministro Mauro Vieira, além de reciprocitar os gestos tunisianos, constituiu sinal político da confiança do governo e do empresariado brasileiros no futuro das relações econômicas com a Tunísia pós-revolucionária. Entre 2014 e 2015, ademais, missões empresariais do estado de Goiás realizaram visitas à Tunísia

Negociação de acordo comercial Tunísia-Mercosul

A Tunísia possui rede de acordos comerciais que inclui acordos com a União Europeia e com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), além do Acordo de Agadir (com Egito, Jordânia e Marrocos), do GAFTA (Greater Arab Free Trade Agreement) e de acordos de preferências fixas com Argélia e Irã. O país foi beneficiado, ademais, com preferências unilaterais no âmbito do Sistema Geral de Preferências (SGP) de países desenvolvidos.

Desde 2009, o governo da Tunísia tem mantido consultas com o Brasil sobre a possibilidade de que seja assinado acordo comercial com o Mercosul. No contexto pós-revolucionário, a necessidade de diversificar seus parceiros econômicos internacionais levou a Tunísia a buscar nova aproximação com a América Latina, região que responde por menos de 1% do comércio tunisiano com o mundo.

No contexto da reunião do Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia, em abril de 2014, o interesse político tunisiano foi renovado e, como resultado, negociações foram retomadas. De sua parte, os países membros do Mercosul demonstram engajamento nas negociações com a Tunísia, no contexto de crescente interesse do bloco em identificar novas frentes negociadoras no continente africano.

Em dezembro de 2014, por ocasião da XLVII Cúpula do Mercosul, foi assinado o Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o Mercosul e a Tunísia. O instrumento, que agora segue os trâmites de ratificação exigidos pelas legislações domésticas de cada país envolvido, tem como objetivo fortalecer o diálogo econômico entre as partes, além de estabelecer Comitê Conjunto encarregado de, entre outras funções, definir parâmetros e servir de foro para eventual negociação de acordo de livre comércio (ALC) com a Tunísia.

Em maio de 2015, teve lugar, em Túnis, reunião voltada para a troca de informações tarifárias, com vistas ao início das negociações sobre o texto-base de eventual acordo comercial. Todas as partes reafirmaram, na ocasião, interesse em negociar ALC com ampla cobertura de produtos para promover a expansão e diversificação do comércio. Foi constatado haver oportunidades de diversificação da pauta de comércio entre o Mercosul e a Tunísia, uma vez que as exportações tunisianas para o bloco se concentram em fertilizantes (superfosfatos, quase 70%), e a do Mercosul, em produtos agrícolas (cereais, soja e açúcar). Estudos técnicos apontam, ademais, que, no caso do Brasil, eventual conclusão de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Tunísia deverá proporcionar, em princípio, vantagens para as exportações brasileiras de bens agrícolas, pelo grau elevado de sua competitividade e pela elevada média tarifária praticada pela Tunísia em relação a produtos exportados pelo Brasil (em torno de 25%). Em julho de 2016, a Presidência Pró-Tempore uruguaia concluiu o processo de preparação do projeto de texto-base de ALC, o qual foi transmitido para análise do lado tunisiano.

Investimentos

Finda a transição política, o governo tunisiano tem envidado esforços para recobrar a confiança dos investidores estrangeiros, parcialmente corroída em razão do quadro de convulsão social e da piora da situação de segurança no contexto pós-revolucionário. Os **investimentos externos diretos (IEDs)** são responsáveis por um terço das exportações e um quinto dos empregos no país, de acordo com dados do Departamento de Estado estadunidense. No relatório "*Doing Business 2016*", do Banco Mundial, a Tunísia figura na primeira posição entre os países da África do Norte no que se refere a perspectivas propícias a negócios e investimentos estrangeiros (74ª posição no ranking mundial, uma à frente do Marrocos).

A Tunísia, em razão de sua posição geográfica, instituições públicas sólidas e acordos de livre comércio, é destino potencialmente atrativo para investimentos produtivos brasileiros. Há projetos de infraestrutura atualmente em estudo pelo governo da Tunísia (sobretudo renovação e expansão das malhas viária e ferroviária). Dada a grande vantagem competitiva brasileira nesses setores, os projetos, quando anunciados, poderão suscitar interesse de empresas brasileiras.

Não obstante essas oportunidades, até o momento, **há um único investimento importante de empresa brasileira na Tunísia**: uma fábrica de cimentos que pertence à Votorantim e foi adquirida da Cimpor (Cimentos de Portugal). A situação recomenda reforço da cooperação entre as respectivas agências de promoção de investimentos e dos contatos entre as comunidades empresariais brasileira e tunisiana.

Somando-se às ações de fomento a negócios e investimentos bilaterais, Brasil e Tunísia iniciaram, em junho de 2014, negociações voltadas para a assinatura de acordo baseado na proposta brasileira de **Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)**. Igualmente voltado para a promoção de investimentos, o ACFI oferece fórmula alternativa a modelos tradicionais de acordos de proteção de investimentos, os quais preveem cláusulas de arbitragem obrigatória investidor-estado e expropriação indireta. A proposta brasileira de ACFI visa a estabelecer mecanismo intergovernamental bilateral para divulgação de oportunidades, intercâmbio de informações e lançamento de iniciativas de facilitação de negócios. A ênfase em mitigação de riscos e prevenção de controvérsias substitui a ênfase na judicialização de conflitos, constante dos acordos tradicionais.

Anexos

Cronologia política

1574	A Tunísia é incorporada ao Império Turco-Otomano.
1881	Em contexto de crise financeira, a Tunísia torna-se protetorado francês.
1920	Fundação do Partido nacionalista tunisiano "Destur".
1934	Cisão no "Destur" leva à fundação do partido laico "Neo-Destur", sob a liderança de Habib Bourguiba.
1952	Assassinato do líder sindical Farhat Rached dá início a onda de protestos contra a presença francesa na Tunísia.
1956	A Tunísia torna-se independente. Eleições para a Assembleia Constituinte são vencidas pelo Neo-Destur. Habib Bourguiba passa a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro. É aprovado o Código do Estatuto Pessoal, que, entre outros, aboliu a poligamia, estabeleceu idade mínima para o casamento e concedeu o direito de divórcio às mulheres.
1957	Assembleia Constituinte proclama a República. Bourguiba passa a ocupar, interinamente, a Presidência do país.
1959	Aprovada a Constituição tunisiana. Bourguiba é eleito Presidente.
1963-1964	A Tunísia adota regime de partido único. O Neo-Destur passa a chamar-se Partido Socialista Desturiano (PSD).
1975	Habib Bourguiba torna-se Presidente vitalício.
1981	Em meio a crise econômica, realizam-se as primeiras eleições parlamentares multipartidárias no país. PSD obtém ampla maioria dos assentos em disputa. É fundado o Movimento da Tendência Islâmica (MTI), partido de orientação islamista, sob a liderança de Rached Ghannouchi.
1986	Bourguiba nomeia Zine Al-Abidine Ben Ali para o cargo de Ministro do Interior e incumbe-o de erradicar o MTI, que vinha se convertendo na maior força de oposição ao Governo.
1987	Ben Ali é guindado a Primeiro-Ministro e afasta Bourguiba do poder, alegando sua incapacidade devido à senilidade.
1989	MTI é renomeado Ennahda. O partido segue proscrito. Ben Ali é confirmado no cargo de Presidente, após eleições presidenciais. Após as eleições, reinicia-se processo de dura repressão política aos islamistas, cuja liderança parte para o exílio.
1994	Ben Ali é reeleito e o partido do Governo <i>Rassemblement Constitutionnel Démocratique</i> (RCD) obtém vitória em todos os 257 municípios do país.
1995	Assinatura do Acordo de Associação com a União Europeia.
1996	Governo tunisiano inicia uma série de reformas destinadas a aumentar a

	participação de partidos da oposição na vida política do país. Sem comprometer a predominância do RCD, aumentou-se o número de assentos reservados para a oposição, tanto no Parlamento como nos Governos locais.
1999	Realizam-se eleições presidenciais e parlamentares. Ben Ali obtém 99% dos votos e é eleito para novo mandato de 5 anos. Pela primeira vez, candidatos da oposição concorreram contra Ben Ali.
2002	Adoção de Emenda Constitucional amplia poderes do Legislativo e criou uma segunda instância, a Câmara dos Conselheiros, que começou a atuar em 2005.
2004	Ben Ali é reeleito para seu 4º mandato com 96% de apoio dos eleitores.
2009	Ben Ali é reeleito para seu 5º mandato, com 89% dos votos.
2010/dez	Autoimolação de jovem tunisiano em protesto contra a arbitrariedade policial e de autoridades municipais dá início a onda de protestos contra o regime de Ben Ali.
2011/jan	Em 14 de janeiro, face à intensificação dos protestos, Ben Ali dissolve o governo e decreta estado de emergência, na tentativa de manter-se no poder. No mesmo dia, no entanto, deixa o país. O Presidente do Parlamento, Foued Mebazaa, assume como Presidente-interino e o então Primeiro-Ministro Mohammed Ghannouchi forma governo de unidade nacional.
2011/fev	O Primeiro-Ministro Mohamed Ghannouchi pede demissão, cedendo à pressão de manifestações que exigiam sua saída. Em seu lugar, assume Beji Caid Essebsi
2011/mar	Criação do “Conselho da Instância Superior para a Realização dos Objetivos da Revolução, a Reforma Política e a Transição Democrática”, em 3 de março, instância encarregada de elaborar a legislação que regerá a eleição da Assembleia Nacional Constituinte (ANC).
2011/out	Eleições para ANC. Partido islamista Ennahda obtém 41% dos assentos em disputa.
2011/dez	ANC elege o novo Presidente do país, Moncef Marzouki, e o novo Primeiro-Minsitro, Hamadi Jebali.
2012/jun	Ex-Presidente Ben Ali, exilado na Arábia Saudita, é condenado à prisão perpétua por mortes decorrentes dos protestos em 2011. Arábia Saudita recusa-se a extraditá-lo.
2012/abr	Beji Caid Essebsi anuncia a formação de novo partido laico, o Nidaa Tunis, que se converte no maior partido de oposição ao Governo do Ennahda.
2012/jun	Após distúrbios provocados por grupos salafistas, Governo tunisiano instaurou "Estado de urgência" por 30 dias em 8 localidades tunisianas.
2012/set	Ataque de grupos salafistas à Embaixada e à Escola norte-americana em Túnis resultou na morte de 4 manifestantes tunisianos e 94 feridos.

2013/fev	Líder oposicionista e membro da ANC, Chokri Belaid, é assassinado na Tunísia. Em virtude do ocorrido, o Primeiro-Ministro Hamadi Jebali renuncia. Em seu lugar é indicado o então Ministro do Interior Ali Larayedh.
2013/jul	A morte do político de oposição Mohamed Brahmi, segundo membro da ANC assassinado em cinco meses, gera revoltas públicas, uma greve geral e pedidos para que o Governo renuncie. Deputados de oposição passam a boicotar os trabalhos da ANC.
2013/out	Em meio ao impasse político, inicia-se Diálogo Nacional entre Governo e oposição, patrocinado por entidades da sociedade civil tunisiana (o chamado "quarteto"): União Geral dos Trabalhadores da Tunísia - UGTT, União Tunisiana da Indústria, do Comércio e do Artesanato - UTICA, Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia - ONAT e Liga Tunisiana dos Direitos do Homem – LTDH.
2013/dez	Governo e oposição chegam a um acordo para a retomada dos trabalhos constituintes.
2014/jan	Texto da nova Constituição tunisiana é aprovado pela ANC. Nos termos do acordo obtido entre Governo e oposição, Mehdi Jomaa toma posse como Primeiro-Ministro à frente de Governo tecnocrático, até a realização das eleições parlamentares e presidenciais.
2014/out	O partido laico oposicionista Nidaa Tunis conquista 39% dos assentos nas eleições parlamentares.
2014/dez	Beji Caid Essebsi, candidato do Nidaa Tunis, vence as eleições presidenciais, tornando-se o quinto Presidente do país.
2015/jan	Formação de novo Governo, sob a chefia de Habib Essid. Ennahda é incluído na nova coalizão governista.
2015/mar	Ataque terrorista o Museu Bardo, em Tunis, mata 22 pessoas, a maioria turistas estrangeiros
2015/jun	Novo ataque terrorista faz 38 vítimas em balneário na cidade turística de Sousse. O Governo anuncia o fechamento de mesquitas extremistas.
2015/nov	Um terceiro atentado terrorista vitimou membros da guarda presidencial tunisiana, no centro de Túnis, deixando saldo de 11 mortos.
2016/mar	O autointitulado "Estado Islâmico na Líbia" invadiu a cidade tunisiana de Ben Guerdane, sendo repellido por vias militares.

Cronologia das relações bilaterais

1956	Reconhecimento da independência da Tunísia e abertura do consulado
-------------	--

	do Brasil em Túnis.
1961	Instalação da embaixada do Brasil em Túnis.
1999	Desativação temporária da Embaixada, por motivos orçamentários.
2001	Visita a Túnis do então secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa. Reabertura da embaixada em Túnis.
2002	Visita ao Brasil do então ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Habib Ben Yahia.
2005	Visita de trabalho do então chanceler Celso Amorim a Túnis.
2006	Reunião da Comissão Mista Brasil-Tunísia em Brasília.
2008	Visita do então chanceler Celso Amorim a Túnis.
2009	Visita do então chanceler Celso Amorim a Túnis.
2011/mai	Visita do então subsecretário-geral de assuntos políticos III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Túnis.
2012/fev	Envio de missão técnica brasileira à Tunísia para prospecção de possibilidades de cooperação.
2012/abr	Visita do então chanceler Antonio Patriota a Túnis.
2012/set	Realização em Túnis do "Simpósio Internacional sobre Políticas Públicas para a Inclusão Social".
2012/out	Encontro presidencial bilateral à margem da III Cúpula América do Sul-Países Árabes, em Lima.
2013/abr	Visita do então secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, a Túnis para participar do Fórum Social Mundial.
2013/jun	Envio de missão técnica da Controladoria-Geral da União a Túnis.
2014/abr	Realização de reunião do Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia, em Túnis.
2014/abr	Visita ao Brasil de missão interministerial tunisiana com o objetivo de conhecer o Programa de Alimentação Escolar brasileiro.
2014/set	Representante do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) participa, em Túnis, do seminário "Em Direção a um Sistema de Proteção Social Inclusivo e Integrado".
2014/dez	Assinatura do Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o Mercosul e a Tunísia, em processo de ratificação.
2015/fev	Acordado o início de projeto de cooperação técnica para a capacitação tunisiana na área de cultivo do eucalipto.
2016/mar	Visita do então chanceler Mauro Vieira, a Túnis, ocasião em que foi realizado seminário empresarial Brasil-Tunísia.

Atos bilaterais

Título	Data de	Entrada	Publicação
---------------	----------------	----------------	-------------------

	celebração	em vigor	(D.O.U.)
Acordo Cultural	04/06/1968	30/08/1970	17/09/1970
Acordo Comercial	27/11/1990	22/09/1992	21/10/1992
Acordo sobre a Criação de uma Comissão Mista de Cooperação	27/11/1990	12/05/1992	22/10/1992
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos	19/07/2001	06/08/2004	04/08/2004
Acordo sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países	13/03/2002	08/07/2004	05/07/2005
Acordo de Cooperação Técnica	13/03/2002	11/10/2004	13/10/2004
Acordo de Cooperação na Área da Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia entre o Brasil e a Tunísia	16/01/2006	19/09/2008	22/09/2009

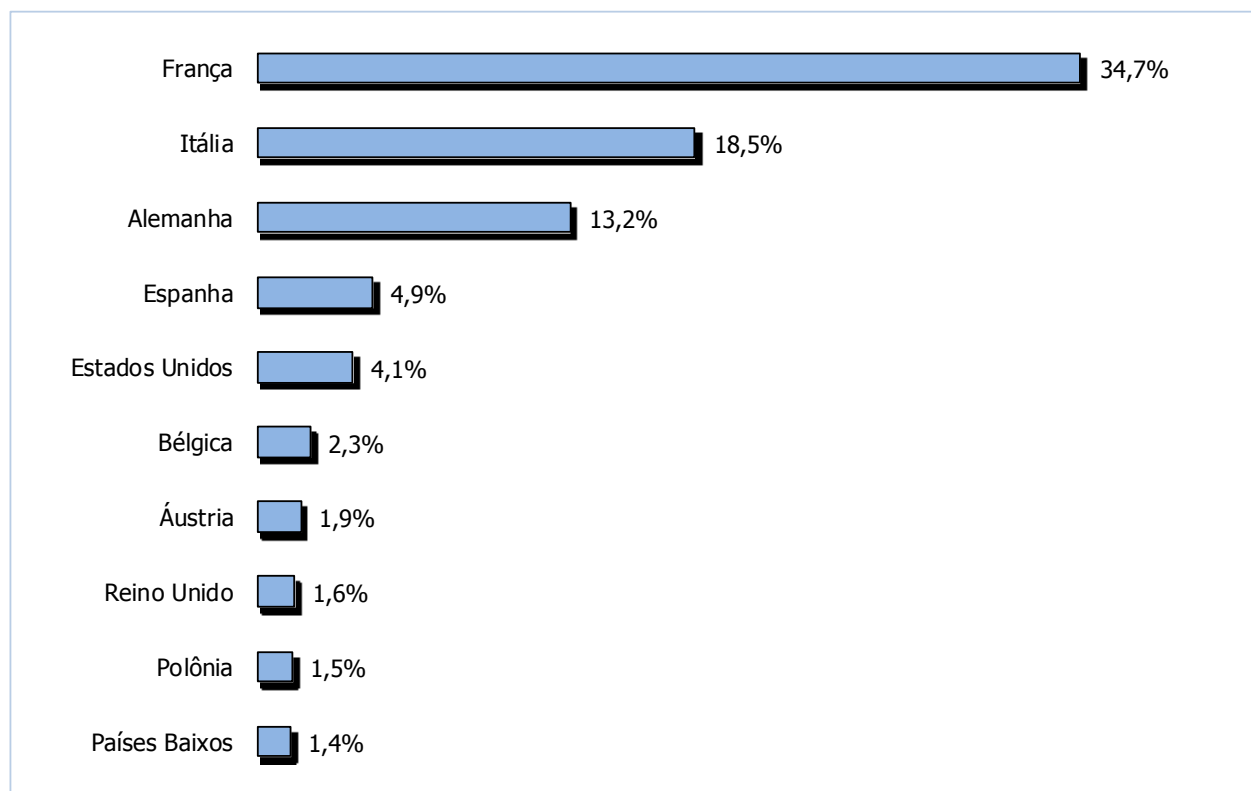
Evolução do comércio exterior da Tunísia
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	11,69	11,4%	15,01	13,9%	26,70	12,8%	-3,31
2007	15,17	29,7%	19,10	27,3%	34,26	28,3%	-3,93
2008	19,32	27,4%	24,64	29,0%	43,96	28,3%	-5,32
2009	14,45	-25,2%	19,10	-22,5%	33,54	-23,7%	-4,65
2010	16,43	13,7%	22,22	16,3%	38,64	15,2%	-5,79
2011	17,85	8,6%	23,95	7,8%	41,80	8,2%	-6,11
2012	17,01	-4,7%	24,47	2,2%	41,48	-0,8%	-7,46
2013	17,06	0,3%	24,27	-0,8%	41,33	-0,4%	-7,21
2014	16,77	-1,7%	24,81	2,3%	41,58	0,6%	-8,05
2015	13,83	-17,6%	17,25	-30,5%	31,07	-25,3%	-3,42
Var. % 2006-2015	18,2%	--	14,9%	--	16,4%	--	n.c.

Direção das exportações da Tunísia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
França	4,80	34,7%
Itália	2,55	18,5%
Alemanha	1,83	13,2%
Espanha	0,68	4,9%
Estados Unidos	0,56	4,1%
Bélgica	0,31	2,3%
Áustria	0,26	1,9%
Reino Unido	0,22	1,6%
Polônia	0,21	1,5%
Países Baixos	0,20	1,4%
...		
<i>Brasil (23ª posição)</i>	<i>0,06</i>	<i>0,4%</i>

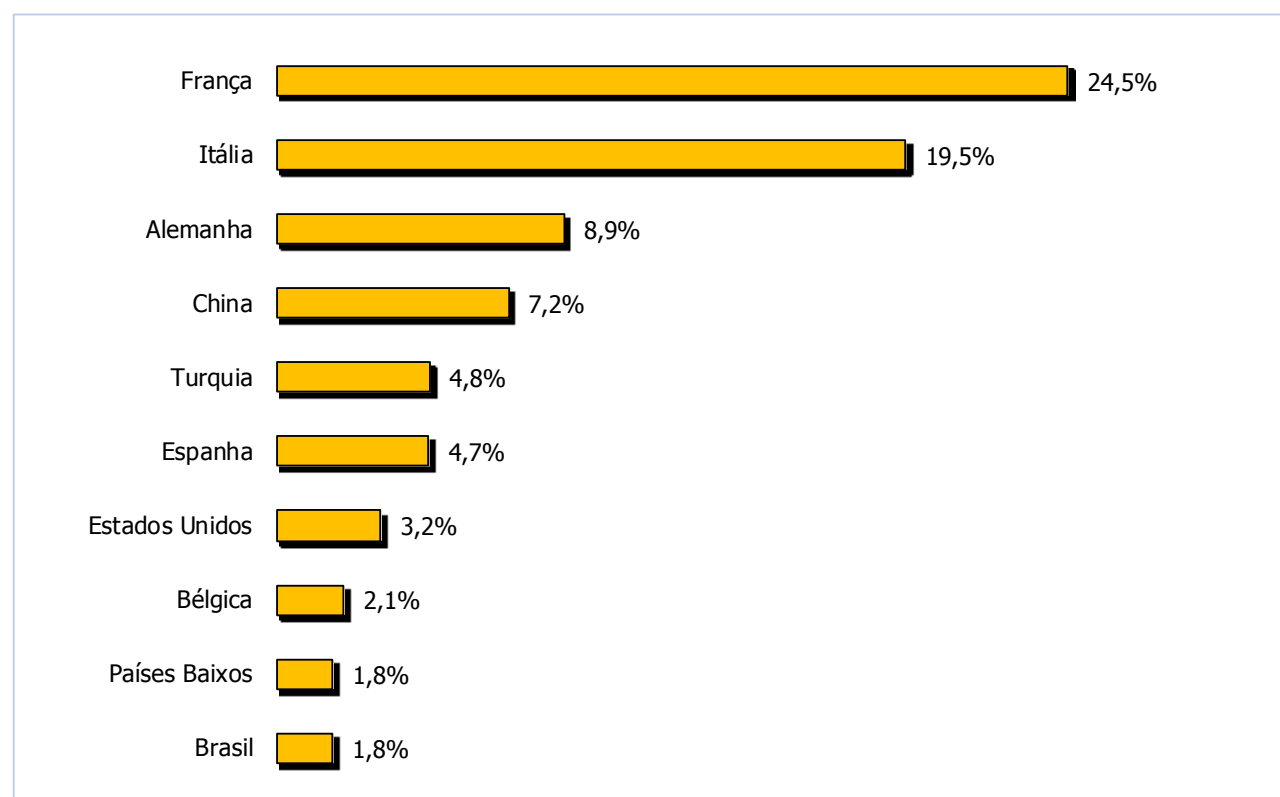
10 principais destinos das exportações



Origem das importações da Tunísia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
França	4,23	24,5%
Itália	3,36	19,5%
Alemanha	1,54	8,9%
China	1,24	7,2%
Turquia	0,82	4,8%
Espanha	0,82	4,7%
Estados Unidos	0,56	3,2%
Bélgica	0,36	2,1%
Países Baixos	0,304	1,8%
<i>Brasil</i>	<i>0,303</i>	<i>1,8%</i>

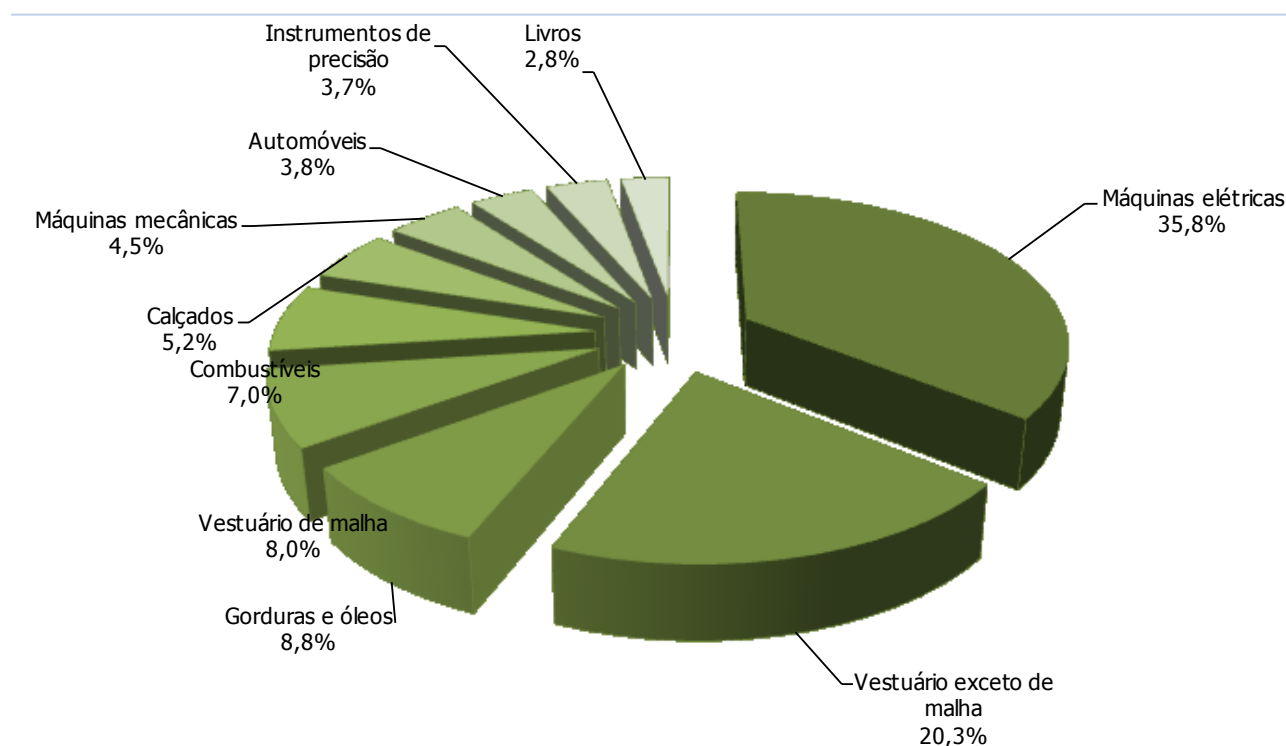
10 principais origens das importações



Composição das exportações da Tunísia
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas elétricas	3,83	27,7%
Vestuário exceto de malha	2,18	15,7%
Gorduras e óleos	0,94	6,8%
Vestuário de malha	0,86	6,2%
Combustíveis	0,75	5,4%
Calçados	0,56	4,1%
Máquinas mecânicas	0,49	3,5%
Automóveis	0,40	2,9%
Instrumentos de precisão	0,39	2,8%
Livros	0,30	2,2%

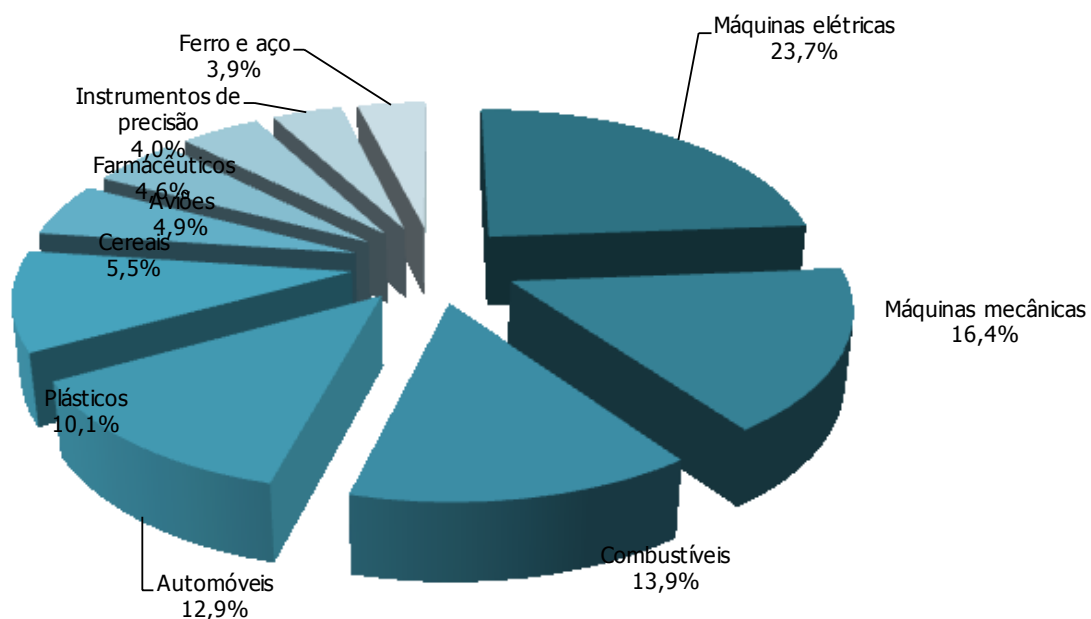
10 principais grupos de produtos exportados



Composição das importações da Tunísia
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas elétricas	2,43	14,1%
Máquinas mecânicas	1,68	9,8%
Combustíveis	1,43	8,3%
Automóveis	1,33	7,7%
Plásticos	1,04	6,0%
Cereais	0,56	3,3%
Aviões	0,51	2,9%
Farmacêuticos	0,47	2,7%
Instrumentos de precisão	0,409	2,4%
Ferro e aço	0,400	2,3%

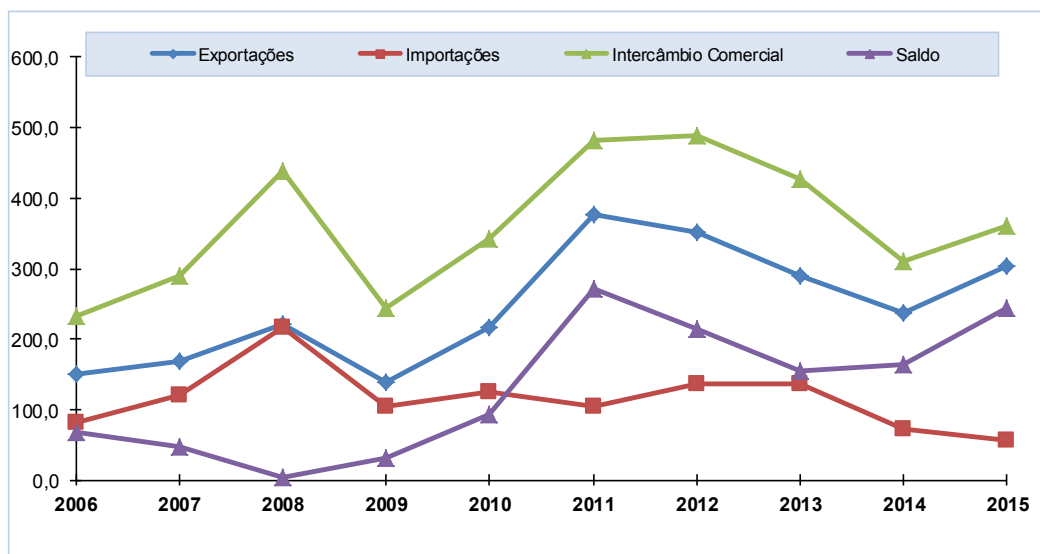
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Tunísia

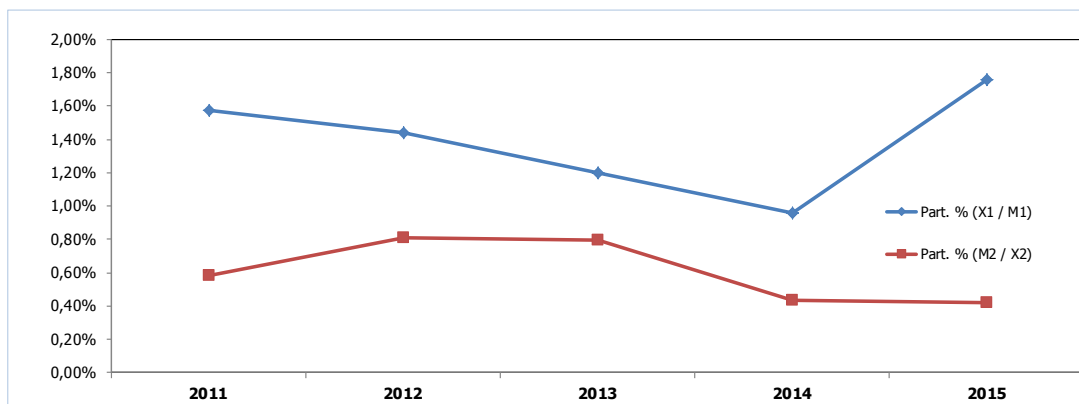
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2006	150,3	38,1%	81,8	40,0%	232,1	38,7%	68,5
2007	169,2	12,6%	121,0	48,0%	290,3	25,1%	48,2
2008	221,2	30,7%	216,4	78,8%	437,6	50,7%	4,8
2009	138,0	-37,6%	105,3	-51,3%	243,3	-44,4%	32,7
2010	217,8	57,9%	124,3	18,1%	342,2	40,7%	93,5
2011	376,5	72,8%	104,4	-16,0%	480,9	40,5%	272,1
2012	351,4	-6,7%	137,5	31,7%	488,9	1,7%	213,9
2013	290,6	-17,3%	136,1	-1,0%	426,7	-12,7%	154,5
2014	237,6	-18,3%	72,6	-46,7%	310,2	-27,3%	165,0
2015	303,0	27,5%	57,9	-20,2%	360,9	16,4%	245,0
2016 (jan-jun)	114,7	-31,5%	25,6	-22,6%	140,3	-30,0%	89,1
Var. % 2006-2015	101,6%		-29,2%		55,5%		n.c.



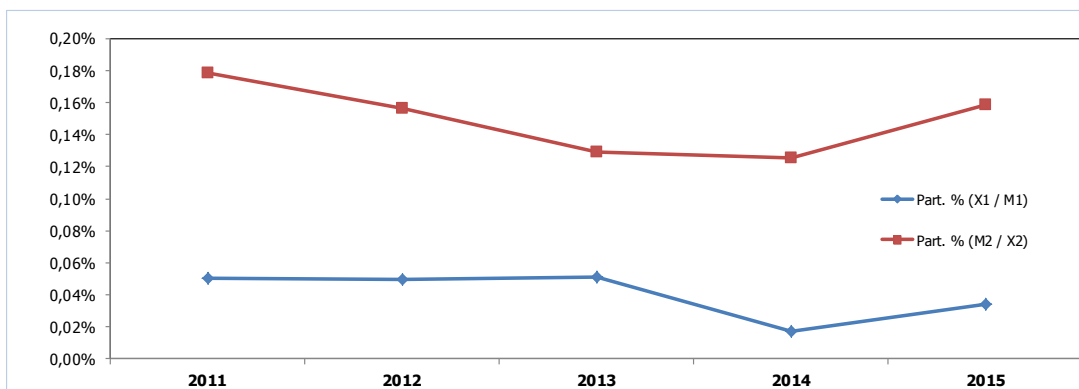
Part. % do Brasil no comércio da Tunísia
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para a Tunísia (X1)	376	351	291	238	303	-19,5%
Importações totais da Tunísia (M1)	23.952	24.471	24.266	24.814	17.249	-28,0%
Part. % (X1 / M1)	1,57%	1,44%	1,20%	0,96%	1,76%	11,7%
Importações do Brasil originárias da Tunísia (M2)	104	137	136	73	58	-44,5%
Exportações totais da Tunísia (X2)	17.847	17.007	17.060	16.768	13.825	-22,5%
Part. % (M2 / X2)	0,59%	0,81%	0,80%	0,43%	0,42%	-28,4%



Part. % da Tunísia no comércio do Brasil
US\$ milhões

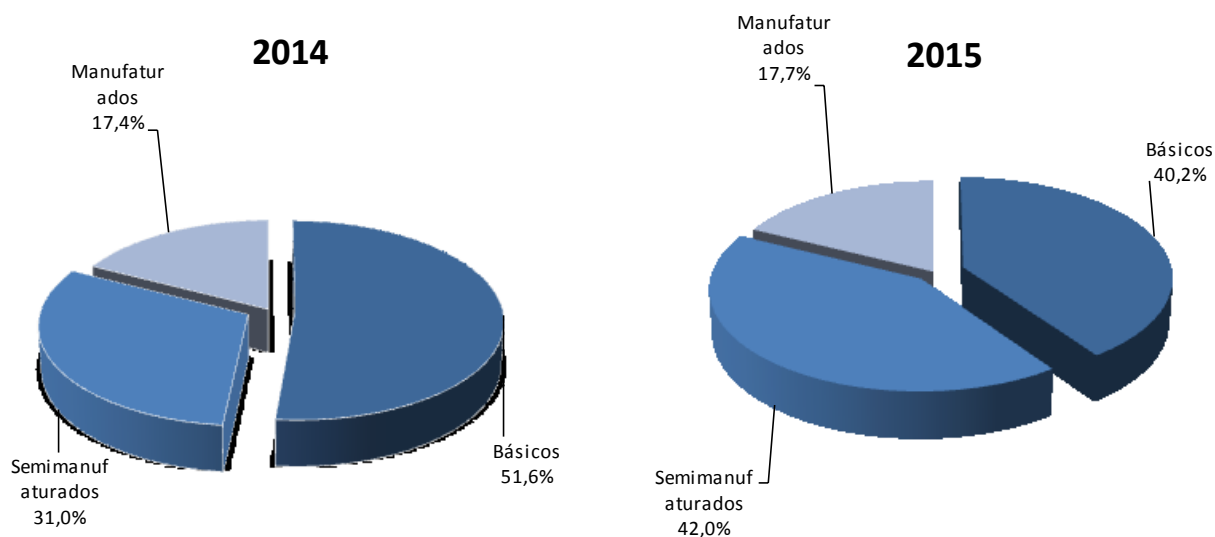
Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações da Tunísia para o Brasil (X1)	114	111	122	40	58	-49,1%
Importações totais do Brasil (M1)	226.247	223.183	239.748	229.154	171.449	-24,2%
Part. % (X1 / M1)	0,05%	0,05%	0,05%	0,02%	0,03%	-32,8%
Importações da Tunísia originárias do Brasil (M2)	457	380	312	282	303	-33,7%
Exportações totais do Brasil (X2)	256.040	242.578	242.034	225.101	191.134	-25,3%
Part. % (M2 / X2)	0,18%	0,16%	0,13%	0,13%	0,16%	-11,2%



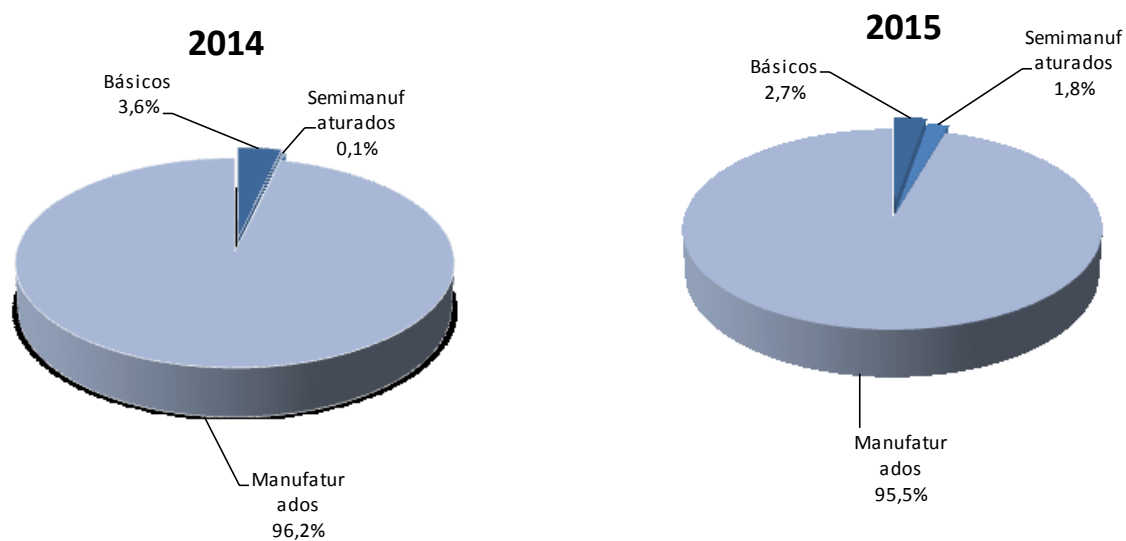
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras

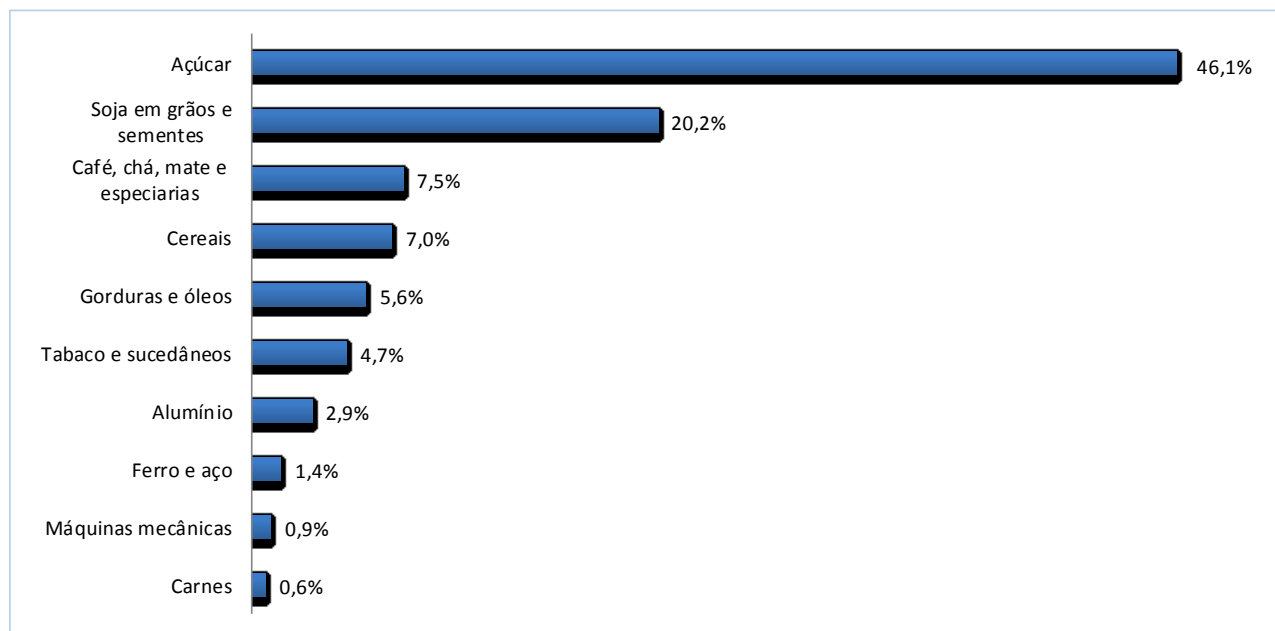


Composição das exportações brasileiras para a Tunísia

US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	96,15	33,1%	86,13	36,3%	139,71	46,1%
Soja em grãos e sementes	0,00	0,0%	47,48	20,0%	61,17	20,2%
Café, chá, mate e especiarias	16,40	5,6%	16,83	7,1%	22,66	7,5%
Cereais	76,92	26,5%	38,69	16,3%	21,06	7,0%
Gorduras e óleos	37,20	12,8%	0,01	0,0%	17,10	5,6%
Tabaco e sucedâneos	6,95	2,4%	9,22	3,9%	14,14	4,7%
Alumínio	6,27	2,2%	7,82	3,3%	8,89	2,9%
Ferro e aço	10,50	3,6%	3,78	1,6%	4,28	1,4%
Máquinas mecânicas	3,66	1,3%	3,68	1,5%	2,80	0,9%
Carnes	8,93	3,1%	9,33	3,9%	1,93	0,6%

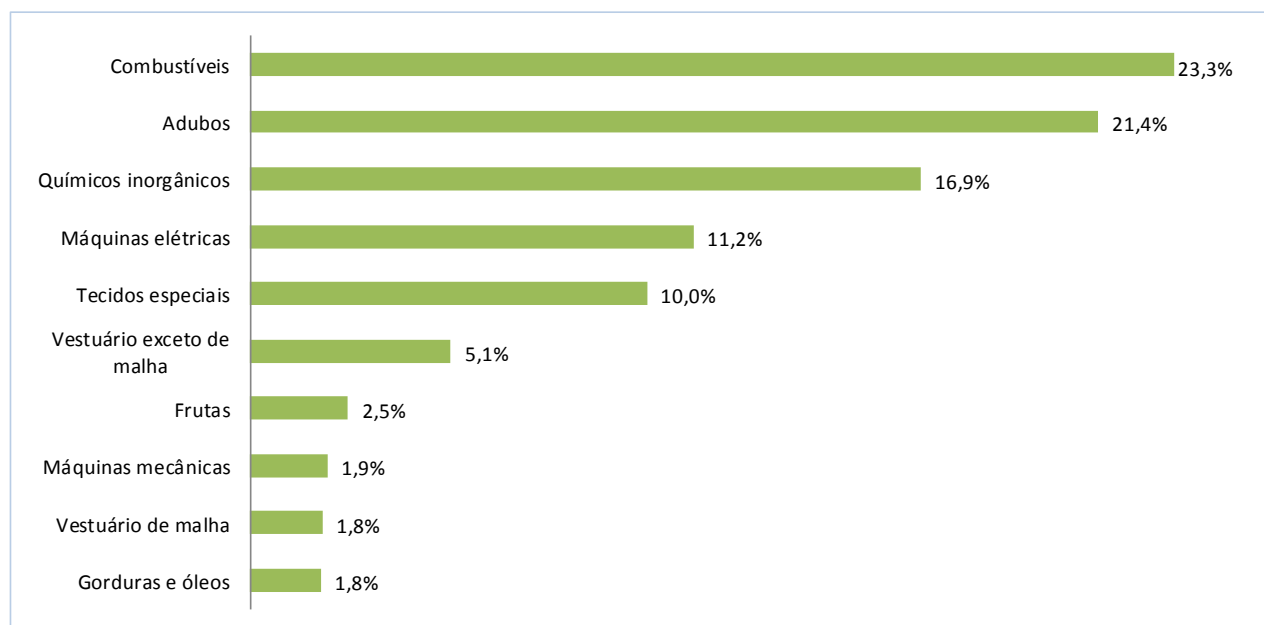
Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015



Composição das importações brasileiras originárias da Tunísia
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	13,48	23,3%
Aubos	96,49	70,9%	34,62	47,7%	12,37	21,4%
Químicos inorgânicos	10,88	8,0%	8,46	11,7%	9,79	16,9%
Máquinas elétricas	7,65	5,6%	11,09	15,3%	6,47	11,2%
Tecidos especiais	6,32	4,6%	4,61	6,4%	5,79	10,0%
Vestuário exceto de malha	3,54	2,6%	3,52	4,8%	2,93	5,1%
Frutas	1,17	0,9%	1,84	2,5%	1,43	2,5%
Máquinas mecânicas	2,00	1,5%	1,84	2,5%	1,13	1,9%
Vestuário de malha	1,51	1,1%	1,76	2,4%	1,05	1,8%
Gorduras e óleos	0,16	0,1%	0,10	0,1%	1,03	1,8%

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-jun)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-jun)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Açúcar	70,33	42,0%	48,08	41,9%	Açúcar 41,9%
Soja em grãos e sementes	48,23	28,8%	13,50	11,8%	Soja em grãos e sementes 11,8%
Gorduras e óleos	6,02	3,6%	9,62	8,4%	Gorduras e óleos 8,4%
Tabaco e sucedâneos	9,78	5,8%	8,05	7,0%	Tabaco e sucedâneos 7,0%
Café	13,45	8,0%	7,64	6,7%	Café 6,7%
Máquinas mecânicas	1,91	1,1%	7,58	6,6%	Máquinas mecânicas 6,6%
Ferro e aço	3,92	2,3%	6,36	5,5%	Ferro e aço 5,5%
Armas e munições	0,48	0,3%	2,54	2,2%	Armas e munições 2,2%
Papel	0,00	0,0%	1,96	1,7%	Papel 1,7%
Plásticos	0,24	0,1%	1,70	1,5%	Plásticos 1,5%
Subtotal	154,34	92,2%	107,03	93,3%	
Outros produtos	13,10	7,8%	7,64	6,7%	
Total	167,44	100,0%	114,67	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-jun)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-jun)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Adubos	4,77	14,4%	9,76	38,1%	Adubos 38,1%
Máquinas elétricas	3,24	9,8%	3,95	15,4%	Máquinas elétricas 15,4%
Químicos inorgânicos	3,46	10,5%	3,51	13,7%	Químicos inorgânicos 13,7%
Tecidos especiais	3,51	10,6%	3,35	13,1%	Tecidos especiais 13,1%
Vestuário exceto de malha	1,60	4,8%	0,99	3,9%	Vestuário exceto de malha 3,9%
Gorduras e óleos	0,32	1,0%	0,95	3,7%	Gorduras e óleos 3,7%
Alumínio	0,00	0,0%	0,66	2,6%	Alumínio 2,6%
Frutas	0,26	0,8%	0,61	2,4%	Frutas 2,4%
Máquinas mecânicas	0,68	2,1%	0,57	2,2%	Máquinas mecânicas 2,2%
Vestuário de malha	0,61	1,8%	0,30	1,2%	Vestuário de malha 1,2%
Subtotal	18,44	55,8%	24,65	96,3%	
Outros produtos	14,61	44,2%	0,94	3,7%	
Total	33,05	100,0%	25,59	100,0%	